

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – FCHS**

Maria Eduarda Santos Salgado

**A FOTOGRAFIA COMO FONTE DE MEMÓRIA, REGISTRO HISTÓRICO E
RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

**FRANCA/SP
2025**

MARIA EDUARDA SANTOS SALGADO

**A FOTOGRAFIA COMO FONTE DE MEMÓRIA, REGISTRO HISTÓRICO E
RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” como pré-requisito para a
obtenção do Título de Bacharel em Serviço
Social.**

Orientador: Prof. Doutor Alan de Loiola Alves

S164f Salgado, Maria Eduarda Santos
A fotografia como fonte de memória, registro histórico, e
resistência dos movimentos sociais / Maria Eduarda Santos Salgado. --
Franca, 2025
58 p. : fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Franca
Orientador: Alan de Loiola Alves

1. Serviço Social. 2. Movimento social. 3. Fotografia. 4. Fotografia
documental. I. Título.

Maria Eduarda Santos Salgado

**A FOTOGRAFIA COMO FONTE DE MEMÓRIA, REGISTRO HISTÓRICO E
RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de Concentração:

Data da defesa: 10/12/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alan de Loiola Alves
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

Profa. Dra. :Josiani Julião Alves de Oliveira
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra.
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Àqueles que lutam para que suas histórias não sejam esquecidas: que este trabalho honre sua memória e resistência.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, Mara Salgado e Eduardo Salgado, e ao meu irmão Cássio Salgado, por todo amor, carinho, dedicação e esforço. Obrigada por me apoiarem não apenas ao longo do curso, mas ao longo da vida, e por sempre estarem ao meu lado.

A minha namorada, Bianca Almeida, pelo amor, carinho, paciência e por permanecer comigo durante todo o processo de escrita, além de todo o apoio que me deu durante esta jornada.

Ao meu orientador e Prof. Dr. Alan de Loiola, por todo apoio e incentivo a minha pesquisa, e por todo aprendizado compartilhado em sala de aula.

Aos professores do curso de Serviço Social pelos conhecimentos transmitidos a nós, alunos, ao longo desses anos e pela formação ética e crítica que nos proporcionaram.

Aos meus companheiros de quatro patas: Oddie, que está ao meu lado há 17 anos; Nina, que me deu forças para continuar no curso; Alfafa, que por diversas vezes foi meu refúgio da escrita; e Jorge, que embora tenha partido no final deste processo, me ensinou sobre companheirismo e por diversas vezes esteve ao meu lado enquanto escrevia.

A minhas amigas, Beatriz Fantinel e Maria Júlia Scanduzzi, que me acolheram em Franca desde o primeiro dia na cidade.

Aos amigos que fiz durante essa trajetória e que levarei para sempre comigo.

Ao grupo de extensão CRIA, que tive o privilégio de fundar e coordenar ao lado dos meus colegas de curso.

Aos professores da E.E Monsenhor Luiz Gonzaga de Moura, que sempre me incentivaram nos estudos, em especial à professora Fernanda Duarte, por permitir que a criatividade e a arte florescessem em suas aulas.

Aos meus supervisores de estágio, Caroline Luíse e André Ramos, pelos ensinamentos, confiança e orientação.

Por fim, a todos que de forma direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

Constatamos que o mundo está dividido em duas partes: de um lado a liberdade para aqueles que têm tudo, do outro a privação de tudo para aqueles que não têm nada.

(Sebastião Salgado, 2016)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa a fotografia como instrumento político, histórico e social de resistência e memória no contexto dos movimentos sociais brasileiros. Tem como objetivo compreender como diferentes imagens, produzidas em distintos momentos, das greves operárias do ABC e da Passeata dos Cem Mil às mobilizações indígenas, estudantis, LGBTQIAPN+ e demais novos e novíssimos movimentos sociais, contribuem para a construção de narrativas, identidades coletivas e disputas simbólicas no espaço público. Como objetivos específicos, busca-se: compreender como as fotografias produzidas em mobilizações históricas influenciaram mudanças sociais; Compreender o conceito de movimentos sociais; Analisar de que forma diferentes movimentos sociais brasileiros se apropriam da fotografia na construção de suas narrativas; e investigar a fotografia enquanto instrumento político de resistência, capaz de denunciar desigualdades e dar visibilidade às pautas sociais. O estudo adota abordagem qualitativa, descritiva e interpretativa, com pesquisa bibliográfica e análise documental de fotografias selecionadas. Os procedimentos metodológicos envolveram levantamento teórico, contextualização histórica, escolha de imagens emblemáticas e análise visual e sociopolítica articulada a autores dos campos da fotografia e dos movimentos sociais. Os resultados indicam que a fotografia não atua apenas como registro, mas como linguagem política que revela desigualdades, produz visibilidade e consolida memórias coletivas. Evidencia-se que a imagem vem sendo central para estratégias de denúncia, disputa narrativa e mobilização, especialmente em um cenário de novas tecnologias e circulação digital. Conclui-se que a fotografia é uma linguagem potente de resistência, visibilidade e transformação, que acompanha a trajetória dos movimentos sociais e se reinventa diante das novas tecnologias e formas de mobilização contemporâneas.

Palavras-chave: Fotografia. Movimentos Sociais. Memória. Resistência.

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis analyzes photography as a political, historical, and social instrument of resistance and memory within the context of Brazilian social movements. Its main objective is to understand how different images, produced in distinct periods, from the ABC metalworkers' strikes and the March of the One Hundred Thousand to Indigenous, student, LGBTQIAPN+, and other new and newest social movements, contribute to the construction of narratives, collective identities, and symbolic disputes in the public sphere. The specific objectives are: to understand how photographs produced during historical mobilizations influenced social change; to examine the concept of social movements; to analyze how different Brazilian social movements appropriate photography in the construction of their narratives; and to investigate photography as a political tool of resistance, capable of denouncing inequalities and giving visibility to social demands. The study adopts a qualitative, descriptive, and interpretative approach, supported by bibliographic research and documentary analysis of selected photographs. Methodological procedures included theoretical review, historical contextualization, selection of emblematic images, and visual and sociopolitical analysis articulated with authors from the fields of photography and social movements. The results indicate that photography functions not merely as a record but as a political language that reveals inequalities, produces visibility, and consolidates collective memories. Evidence shows that the image has become central to strategies of denunciation, narrative dispute, and mobilization, especially in a context shaped by new technologies and digital circulation. It is concluded that photography remains a powerful language of resistance, visibility, and transformation, accompanying the trajectory of social movements and reinventing itself in contemporary forms of mobilization.

Keywords: Photography. Social Movements. Memory. Resistance.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Princípio da Câmara Obscura
- Figura 2** - View from the window at Le Gras
- Figura 3** - Migrant Mother
- Figura 4** - Carregadores de caminhão de carvão
- Figura 5** - Protesto anti-ICE
- Figura 6** - Caras-Pintadas
- Figura 7** - Operários do ABC Paulista durante greve nos anos 1970
- Figura 8** - Passeata dos 100 mil
- Figura 9** - Vigília no Congresso Nacional
- Figura 10** - Protesto Indígena Contra o Governo Bolsonaro
- Figura 11** - II Marcha das Mulheres Indígenas
- Figura 12** - Manifestação no Ferro's Bar
- Figura 13** - Rosely Roth durante “invasão no Ferro's Bar”
- Figura 14** - Marsha P. Jhonson
- Figura 15** - Marcha Lésbica de São Paulo
- Figura 16** - MST
- Figura 17** - Ocupação
- Figura 18** - Jornadas de Julho de 2013
- Figura 19** - Assembleia de estudantes
- Figura 20** - Contra o golpe na educação

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C - Antes de Cristo

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CUT - Central Única dos trabalhadores

DHS - Department of Homeland Security

EUA - Estados Unidos da América

GALF - Grupo Ação Lésbica Feminista

GLS - Gays, Lésbicas e Simpatizantes

ICE - Immigration and Customs Enforcement

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Asexuais, Pansexuais, Não-Binárias, mais

MNU - Movimento Negro Unificado

MPL - Movimento Passe Livre

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PT - Partido dos Trabalhadores

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESP - Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: A IMAGEM COMO RESISTÊNCIA: a fotografia na construção de memória social	18
1.1 A Fotografia: origens e evoluções	18
1.2 A Construção de Memória e Resistência Através da Fotografia	24
CAPÍTULO 2: MOVIMENTOS SOCIAIS: lutas, resistência e produção de narrativas	28
2.1 A emergência dos movimentos sociais como resposta à Questão Social	28
2.2 Entre a Lente e a Luta	35
2.2.1 Uma análise fotográfica dos Movimentos Sociais Clássicos	36
2.2.2 Uma análise fotográfica dos Novos Movimentos Sociais	39
2.2.3 Uma análise fotográfica dos Novíssimos Movimentos Sociais	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
Referências	55

INTRODUÇÃO

A fotografia como ferramenta de luta, de mobilização e de enfrentamento às opressões dentro dos movimentos sociais é o tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no âmbito do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHS do campus de Franca/SP e tem como orientador o Professor Doutor Alan de Loiola Alves.

O interesse por estudar este tema surge a partir da minha aproximação com as duas áreas, como estudante de serviço social e de fotografia consigo perceber de forma ainda mais abrangente a interseção entre essas duas linguagens, a intervenção profissional e a produção de imagens, e compreender como elas podem se complementar na luta por justiça social. Além disso, esse interesse se fundamenta nos princípios da profissão do assistente social, como a defesa intransigente dos direitos humanos, a valorização da pessoa humana, a não discriminação, o compromisso com a liberdade e a democracia, e a busca por equidade e justiça social. Tais princípios dialogam diretamente com o papel da fotografia como instrumento de denúncia, registro histórico e valorização de sujeitos e coletividades que, muitas vezes, são invisibilizados.

A formação em fotografia me permite analisar de forma mais crítica as imagens históricas que temos sobre os movimentos sociais e ainda registrar essas realidades com mais sensibilidade, já a formação em Serviço Social me permite a compreensão dos processos estruturais da Questão Social e a análise de forma crítica da importância dos movimentos sociais no enfrentamento das desigualdades e na luta por direitos. Essa aproximação me leva a refletir ainda mais sobre a potência da fotografia como ferramenta de luta, de mobilização e de enfrentamento às opressões, ainda mais quando está interligada com os princípios éticos e políticos que orientam o Serviço Social.

Desta forma a escolha deste tema vai além de uma afinidade pessoal, mas sim se fundamenta na crescente importância das imagens na sociedade contemporânea e na forma como elas moldam percepções e constroem discursos. A fotografia não apenas registra momentos históricos, mas retém o poder de atuar como um agente de mudança, impulsionando debates e mobilizando ações sociais. No campo do enfrentamento da Questão Social, o Serviço Social atua como uma profissão comprometida com a transformação da realidade social, mediando demandas coletivas, lutando pela efetivação de direitos e fortalecendo sujeitos sociais.

Do ponto de vista social, político e legal, a fotografia tem sido um instrumento para pressionar o Estado na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a

garantia de direitos. Movimentos sociais historicamente utilizaram imagens para denunciar violações, como as fotografias que documentaram a repressão na Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

Para o Serviço Social, a fotografia pode se tornar uma aliada na luta contra a exclusão social e na promoção dos direitos humanos. A profissão tem como instrumento básico de trabalho a linguagem (IAMAMOTO, 2008), utilizada para interpretar, intervir e transformar realidades sociais. Desse modo, a fotografia, enquanto uma forma de linguagem visual, possibilita a comunicação de narrativas que muitas vezes são silenciadas pelos discursos oficiais e pela mídia tradicional. Netto (2005) reforça que o Serviço Social deve compreender e intervir criticamente nas relações de classe e nas formas de dominação, o que inclui o uso de imagens como instrumento de denúncia e resistência. Guerra (2012), ao tratar da instrumentalidade do Serviço Social, enfatiza a necessidade de metodologias que promovam o fortalecimento dos sujeitos sociais na luta por direitos, o que torna a fotografia um meio potente para evidenciar desigualdades e fomentar o debate público sobre políticas sociais.

O assistente social ao utilizar a fotografia de forma ética, como um recurso metodológico no trabalho, pode atuar como instrumento de memória, resistência e denúncia, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Dessa forma, a relação entre fotografia e Serviço Social amplia as possibilidades de intervenção profissional, tornando a imagem uma ferramenta estratégica na defesa e promoção dos direitos humanos.

A relação entre fotografia, movimentos sociais e luta pela desigualdade já foi abordada por diversos autores que trazem um destaque a sua importância como ferramenta de denúncia e memória. Susan Sontag¹, em *Sobre a Fotografia* traz uma reflexão que se encaixa ainda nos dias de hoje: “Uma sociedade capitalista requer uma cultura com base em imagens. Precisa fornecer grande quantidade de entretenimento a fim de estimular o consumo e anestesiar as feridas de classe, de raça e de sexo” (SONTAG, 2004, p.195). Em seu livro ela analisa como as imagens fotográficas influenciam a percepção pública sobre eventos históricos e lutas sociais, segundo ela

As imagens paralisam. As imagens anestesiaram. Um evento conhecido por meio de fotos certamente se torna mais real do que seria se a pessoa jamais tivesse visto as fotos — pensem na Guerra do Vietnã. (Para um contraexemplo, pensem no arquipélago de Gulag, do qual não temos

¹ **Susan Sontag** (1933–2004) - Escritora, ensaísta, cineasta e crítica cultural norte-americana. Reconhecida por sua análise profunda sobre arte, política, fotografia e cultura, sua obra *Sobre a Fotografia* publicada originalmente em 1977 é um marco nos estudos sobre o impacto social e simbólico das imagens fotográficas.

nenhuma foto.) Mas, após uma repetida exposição a imagens, o evento também se torna menos real. (SONTAG, 2004, p.31)

John Berger², em *Modos de Ver* (1972), discute como a fotografia molda nossa interpretação da realidade e pode ser usada para contestar estruturas de poder. No contexto brasileiro, Milton Guran³ (1996) explora a fotografia etnográfica e sua relação com a identidade social, enquanto Lilia Schwarcz⁴ (2015) utiliza imagens como recurso historiográfico para compreender a construção de narrativas sobre desigualdade, memória e identidade social no Brasil.

Já os profissionais da fotografia, como por exemplo Dorothea Lange⁵, que durante a Grande Depressão nos Estados Unidos, utilizou a sua câmera para expor a pobreza extrema e influenciar políticas de assistência social, ou Lewis Hine⁶ que por sua vez, utilizou a fotografia para denunciar o trabalho infantil e contribuir para a criação de leis trabalhistas mais justas, ambos utilizaram da fotografia como ferramenta de denúncia e mobilização ao longo da história. Não precisamos ir tão longe para encontrar exemplos de fotógrafos que realizam esse tipo de trabalho, no Brasil, temos o fotógrafo Sebastião Salgado⁷ que se propõem a documentar problemas sociais e humanitárias ao redor do mundo, como a exploração do trabalho e as crises migratórias, com sua obra de 1999 intitulada “Êxodos” Sebastião Salgado registrou situações de deslocados por perseguições políticas, por guerras, dos sem tetos e sem terras em todo planeta. Mesmo suas obras mais antigas atualmente ainda provocam reflexões sobre a desigualdade global. Outro exemplo brasileiro é o fotógrafo João Roberto Ripper⁸ que desenvolve um trabalho voltado para a fotografia humanitária, dando

² **John Berger** (1926–2017) - Crítico de arte, pintor e escritor britânico. Sua obra *Modos de Ver* (1972) é considerada uma das mais influentes no campo da teoria da imagem, propondo reflexões críticas sobre a forma como vemos e interpretamos as imagens na cultura ocidental, especialmente no contexto da arte, da fotografia e da mídia.

³ **Milton Guran** - Antropólogo, fotógrafo e pesquisador brasileiro. Em sua obra *A imagem como testemunho: fotografia e antropologia* (1996), o autor discute a fotografia como instrumento etnográfico e sua relação com a memória, identidade e representação social, especialmente no contexto das culturas populares e dos grupos marginalizados no Brasil.

⁴ **Lilia Moritz Schwarcz** - Historiadora, antropóloga e professora da Universidade de São Paulo (USP), com importantes contribuições nos estudos sobre identidade, raça e história social no Brasil. Em *Brasil: uma biografia* (2015), escrita em coautoria com Heloísa Starling, a autora utiliza fontes textuais e visuais para construir uma narrativa crítica da formação do país, evidenciando processos históricos de desigualdade, resistência e exclusão social.

⁵ **Dorothea Lange** – Fotógrafa norte-americana que documentou a Grande Depressão nos Estados Unidos. Sua imagem *Migrant Mother* (1936) tornou-se um ícone da crise econômica e influenciou políticas públicas.

⁶ **Lewis Hine** – Fotógrafo e sociólogo norte-americano que utilizou a fotografia como ferramenta de denúncia contra o trabalho infantil no início do século XX. Seu trabalho para o National Child Labor Committee (NCLC) contribuiu para reformas nas leis trabalhistas.

⁷ **Sebastião Salgado** (1994-2025) – Fotógrafo brasileiro reconhecido internacionalmente por seu trabalho documental e humanitário. Suas obras *Trabalhadores* (1993) e *Êxodos* (1999) retratam a exploração do trabalho e as crises migratórias.

⁸ **João Roberto Ripper** – Fotógrafo brasileiro conhecido por seu engajamento na fotografia humanitária e na defesa dos direitos humanos. Seu projeto *Imagens Humanas* documenta populações marginalizadas, promovendo sua visibilidade e luta por direitos.

visibilidade a comunidades marginalizadas e populações indígenas, promovendo sua autodeterminação e reconhecimento social.

A fotografia, quando usada para registrar momentos históricos e dar visibilidade às lutas sociais, atua como um elemento na preservação da memória e na construção de um discurso visual sobre a desigualdade e a resistência. Como disse Sebastião Salgado (1999, p.15) "temos a chave do futuro da humanidade, mas para poder usá-la temos de compreender o presente. (...) Não podemos nos permitir desviar os olhos."

Neste contexto, os movimentos sociais emergem como formas organizadas de resistência coletiva diante das diversas expressões da Questão Social. São espaços de articulação política que nascem das demandas populares e se fortalecem na luta contra as opressões, desigualdades estruturais e violações de direitos. A sua importância reside justamente em sua capacidade de mobilizar sujeitos historicamente marginalizados, dar visibilidade a pautas negligenciadas pelo Estado e tensionar o sistema político na busca por transformações sociais. Sendo fundamentais na construção de políticas públicas, na defesa da democracia e na promoção da justiça social.

Desse modo, é importante estudar a fotografia como ferramenta de luta, de mobilização e de enfrentamento às opressões dentro dos movimentos sociais do dentro do Serviço Social, afinal a profissão hegemonicamente reconhece nos movimentos sociais sujeitos coletivos capazes de transformar suas realidades, reafirmando o compromisso da profissão com a luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Assim fica evidente o papel estratégico que a profissão ocupa ao se vincular, ética e politicamente, às demandas dos movimentos sociais. O assistente social pode contribuir ativamente por meio da articulação com redes, da produção de conhecimento crítico e do fortalecimento da participação popular. Comprometida com a defesa dos direitos humanos e a emancipação dos sujeitos, a profissão atua como ponte entre as necessidades sociais e as estruturas institucionais, promovendo mediações que visam a transformação da realidade social.

Diante do exposto, diversas indagações emergiram a partir da reflexão crítica sobre o tema proposto, como: Quais movimentos sociais trabalham com o uso da imagem? A fotografia pode ser compreendida como um instrumento político e social de resistência e memória dos movimentos sociais?

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a fotografia como ferramenta de luta, mobilização e enfrentamento às opressões no contexto dos movimentos sociais. Os objetivos específicos deste estudo são: compreender como as fotografias produzidas em mobilizações históricas influenciaram mudanças sociais, consolidando-se como instrumentos

de denúncia e de construção de narrativas; Compreender o conceito de movimentos sociais, identificando suas principais características e dimensões históricas; Analisar de que forma diferentes movimentos sociais brasileiros, como o sindical, o feminista, o indígena e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), se apropriam da fotografia na construção de suas narrativas; Investigar a fotografia enquanto instrumento político de resistência, capaz de denunciar desigualdades e dar visibilidade às pautas sociais.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, adotou-se como metodologia uma abordagem metodológica exploratória, com o intuito de proporcionar uma compreensão inicial e abrangente sobre o fenômeno estudado.

Aliada a essa abordagem, adotou-se a natureza qualitativa, por ser mais adequada à análise de aspectos simbólicos, subjetivos e sociais presentes na fotografia como expressão de denúncia, memória e resistência.

De acordo com Minayo

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo ao espaço mais profundo das relações e processos. Traz por vantagem ser um estudo eficaz com nuances da vida e comportamento humano social através de um tempo determinado, elenca a possibilidade de explorar uma conjuntura que interfere ou se deixa interferir na compreensão do mundo social em que se está inserido” (MINAYO, 2001, p.21).

Como procedimento metodológico, optou-se pelo levantamento bibliográfico, que permite reunir, interpretar e discutir a produção acadêmica já existente sobre os temas centrais deste estudo: fotografia e movimentos sociais. Esse levantamento foi realizado a partir de livros, artigos científicos, dissertações e teses disponíveis em bases acadêmicas. A busca teve como foco produções que discutem a fotografia como registro histórico e como instrumento de denúncia e mobilização, refletindo sobre o papel das imagens na preservação da memória coletiva e na construção de narrativas sociais. Além disso, produções que tratam da conceituação de movimentos sociais, bem como de sua trajetória histórica no Brasil, destacando suas especificidades e formas de atuação em diferentes contextos.

Concomitantemente, realizou-se levantamento de registros fotográficos de manifestações e ações de movimentos sociais, considerando fotos que possuam relevância histórica no que diz respeito à memória de processos de mobilização, denúncia ou resistência. As fotos foram retiradas de acervos públicos, arquivo digital, reportagem fotográfica, banco de imagem e projetos fotográficos atrelados à militância social, como os trabalhos de João Roberto Ripper e Sebastião Salgado.

O método de análise documental e imagética utilizado nesta pesquisa recorreu a abordagem qualitativa e interpretativa. A análise buscará compreender o conteúdo simbólico das imagens e seu contexto de produção e circulação, relacionando-os com as categorias centrais do estudo. A leitura das fotografias será apoiada por referenciais teóricos como John Berger (1972) e Susan Sontag (2004), que tratam da fotografia como linguagem e construção de sentido, além de autores que tratam sobre movimentos sociais como as obras de Ghon (2011; 2014), Alonso (2009) e entre outros autores que serão estudados ao longo da elaboração deste TCC.

Por fim, este TCC está estruturado em dois capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo discute a trajetória histórica da fotografia, seus usos sociais e transformações tecnológicas. O segundo capítulo será dividido em duas partes centrais, a primeira apresentando o que são os movimentos sociais e a segunda dedica-se à análise das imagens selecionadas, relacionando-as aos contextos de produção e às lutas sociais que representam. As considerações finais apontam as contribuições da pesquisa para compreender a fotografia como instrumento de resistência e de construção de memória coletiva, especialmente no contexto dos movimentos sociais brasileiros. Buscou-se demonstrar como a imagem, mais do que mero registro, atua como linguagem política e meio de visibilização de sujeitos historicamente marginalizados.

Além disso, as considerações finais propõem reflexões sobre o papel do Serviço Social diante dessas produções imagéticas, evidenciando a necessidade de um olhar crítico sobre a representação das desigualdades e das lutas sociais nos meios de comunicação. Por fim, ressalta-se que a pesquisa não se encerra aqui, mas abre caminhos para novos estudos que ampliem o diálogo entre fotografia, movimentos sociais e práticas profissionais comprometidas com a transformação social.

CAPÍTULO 1

A IMAGEM COMO RESISTÊNCIA: a fotografia na construção de memória social

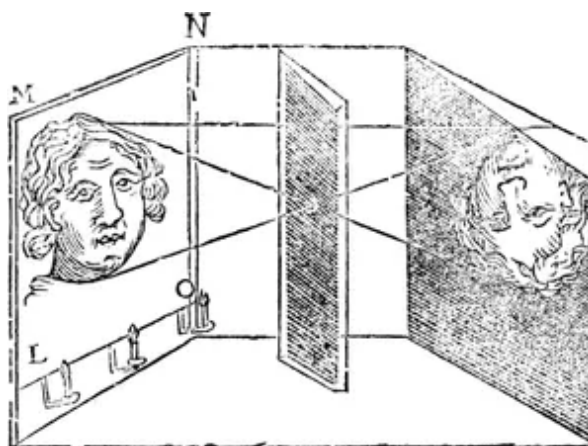
Enquanto pessoas reais estão no mundo real matando a si mesmas ou matando outras pessoas reais, o fotógrafo se põe atrás de sua câmera, criando um pequeno elemento de outro mundo: o mundo-imagem, que promete sobreviver a todos nós. (Susan Sontag, 2004, p.19)

1.1 A Fotografia: origens e evoluções

A história da fotografia é uma fascinante jornada de inovação e transformação. Sua história começa com uma série de descobertas ópticas e químicas que a antecederam ao longo dos séculos. De acordo com Jones (2015), um dos marcos mais antigos desse processo foi a descoberta da câmera obscura, conhecida desde a antiguidade por pensadores como o chinês Mo Tzu no século V a.C e pelo filósofo grego Aristóteles em 384-322 a.C.

A estrutura de uma câmara obscura consiste basicamente em uma sala ou uma caixa escura com um pequeno orifício por onde a luz entra, projetando de forma invertida uma imagem do mundo exterior em sua superfície interna, era muito utilizada para auxiliar em desenhos e pinturas, também sendo utilizada por alguns artistas como Leonardo da Vinci para estudos de proporções e perspectivas com maior precisão. Ao longo do tempo sofreu modificações como a inclusão de uma lente biconvexa junto ao orifício, permitindo aumentá-lo, deixando a imagem com uma melhor qualidade.

Figura 1 - Princípio da Câmara Obscura



Fonte: Meisterdrucke⁹

⁹<https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Unbekannt/764332/Illustra%C3%A7%C3%A3o-do-princ%C3%ADpio-da-c%C3%A2mera-obscura,-1671.html> Acesso em: 21 de agosto de 2025

Paralelo às descobertas ópticas também tivemos as evoluções na química que foram fundamentais no processo de descoberta da fotografia. Figueiredo (2005) destaca alguns fatos que ocorreram ao longo dos anos, em 1604 o italiano Ângelo Sala observou que um composto de prata escurecia quando exposto ao sol, na época acreditou-se que tal fenômeno se dava por conta do calor; em 1727 o cientista alemão Johann Heinrich Schulze observou que certos sais de prata escurecem quando expostos à luz, derrubando a hipótese de que fosse por conta do calor, mas sim por conta da luz.

De acordo com Falcão (2019), a primeira fotografia reconhecida como tal é creditada a Joseph Nicéphore Niépce, um inventor francês que, em 1826, conseguiu criar a primeira imagem permanente conhecida, chamada de "*view from the window at Le Gras*"¹⁰. Esta imagem foi obtida utilizando uma placa de estanho revestida com betume, exposta à luz solar por mais de oito horas.

Figura 2 - *View from the window at Le Gras*



Fonte: Joseph Nicéphore Niépce (1826)¹¹

Niépce, em parceria com Louis Daguerre, desenvolveu o *daguerreótipo* em 1839, a primeira técnica fotográfica comercialmente viável. Nota-se que esse avanço não aconteceu de forma aleatória, mas sim em um contexto europeu marcado pela expansão da Revolução Industrial e pela lógica crescente do mercado capitalista. Neste período, a Europa vivia profundas transformações sociais, econômicas e culturais. O daguerreótipo, portanto, surge

¹⁰ Vista da janela em Le Gras

¹¹ <https://smarthistory.org/joseph-nicephore-niepce-view-from-the-window-at-le-gras/> Acesso em: 15 de julho de 2025

nesse cenário de modernização e racionalização, que se vincula a um modelo capitalista que valorizava cada vez mais a produção em larga escala.

Como aponta Martinelli (1991), a lógica da modernidade industrial está associada a processos de identidade e alienação, nos quais os sujeitos são confrontados com novas formas de produção e consumo. Neste processo, a imagem técnica como a fotografia passa a ser incorporada como mercadoria e como meio de registro objetivo da realidade.

O avanço contínuo na tecnologia fotográfica trouxe o *calótipo*, desenvolvido por William Henry Fox Talbot na década de 1850. Esse processo utilizava papel fotossensível para criar negativos, a partir dos quais múltiplos positivos podiam ser produzidos. A introdução do processo de colódio úmido por Frederick Scott Archer em 1851 também foi significativa, oferecendo imagens de alta qualidade em placas de vidro. No entanto, o processo era complexo e exigia que as placas fossem preparadas e reveladas rapidamente.

No final do século XIX e início do século XX, a fotografia passou por um processo de democratização. Até então, os retratos fotográficos eram acessíveis apenas a elites e classes médias mais altas, que podiam pagar pelo serviço. Com a introdução dos filmes de gelatina de prata e o lançamento da Kodak Box Camera em 1888 por George Eastman, torna-se possível que pessoas sem formação técnica em fotografia pudessem registrar imagens.

Segundo Newhall (1982), a invenção da Kodak representou um marco, pois transferiu ao fotógrafo amador a simplicidade do registro, como exemplifica o slogan da empresa: “*You press the button, we do the rest*”¹². Isso evidencia como a fotografia começou a se dirigir não apenas a artistas e cientistas, mas também ao público burguês urbano, que inserido em uma sociedade industrial em expansão, via no retrato fotográfico um instrumento de memória familiar, status social e consumo cultural.

Em um contexto marcado pela crise do capitalismo liberal durante a Grande Depressão de 1929, surgem no mercado fotográfico novas técnicas e estilos de fotografia, como a introdução de processos de fotografia em cores, como a Autochrome e Kodachrome na década de 1930. Neste cenário a fotografia se consolidava como produto da sociedade industrial e mercantilizada. Como destaca Kossoy (2001) a fotografia nasce no século XIX, durante a revolução Industrial, e a partir daí ela acompanha o desenvolvimento do capitalismo, ora servindo como mercadoria, ora como instrumento de documentação e denúncia.

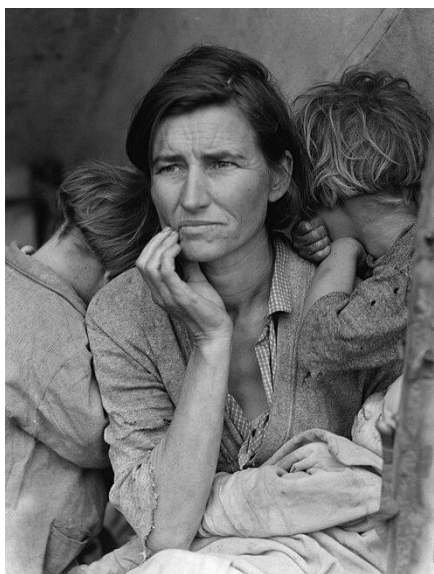
Por mais que a fotografia nesta época tenha se fortalecido como mercadoria destinada sobretudo às camadas médias urbanas da sociedade, ela também foi apropriada como

¹² “Você aperta o botão, nós fazemos o resto”

instrumento de denúncia social. Um exemplo disso é o trabalho de Dorothea Lange em 1936, contratada pela Farm Security Administration (FSA) para registrar as consequências da crise econômica sobre famílias camponesas norte-americanas, foi neste trabalho que Lange registrou uma de suas obras mais famosas conhecida como “Migrant Mother”¹³ (1936) imagem essa que se tornou símbolo visual da pobreza e da vulnerabilidade da classe trabalhadora durante a Depressão. Sontag (2004) observa que as fotografias que retratam dor, quando amplamente divulgadas, podem transformar-se em ícones que condensam e simbolizam sofrimentos coletivos

Nas décadas seguintes, a fotografia foi profundamente impactada pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A fotojornalismo e a fotografia documental ganharam destaque ao registrar tanto o front de batalha quanto os horrores da guerra, como os campos de concentração nazistas, os bombardeios e as explosões atômicas de Hiroshima e Nagasaki em 1945.

Figura 3 - Migrant Mother



Fonte: Dorothea Lange (1936)¹⁴

O fotojornalismo consolidou-se como linguagem capaz de influenciar a opinião pública global, assim como o texto jornalístico cria discursos, a fotografia tem o poder de contar histórias, interpretar fatos e criar memórias, podendo tanto reforçar discursos oficiais e/ou denunciar atrocidades. Desse modo, identifica-se que a fotografia tornou-se um campo central de disputas simbólicas dentro do capitalismo em sua fase industrial bélica. Nesse

¹³ Mãe Migrante

¹⁴ <https://historiaemprosa.com.br/2024/09/19/dorothea-lange-e-a-grande-depressao/> Acesso em: 27 de agosto de 2025

contexto, a imagem se torna um instrumento estratégico tanto no mercado como mercadoria e consumo quanto na guerra com propagandas, criação de memórias e denúncias. Esse período evidencia como a fotografia vai além de desempenhar um papel estético, mas sim se tornar um símbolo político e social, sendo utilizada como instrumento de denúncia e memória coletiva.

Como notamos anteriormente, a trajetória da fotografia sempre esteve vinculada ao desenvolvimento científico, tecnológico e econômico de cada época. Desde a câmara obscura até os primeiros processos químicos, cada inovação reflete para além de avanços ópticos, mas também transformações sociais mais amplas. Nesse sentido, ao pensarmos sobre a história da fotografia se faz necessário compreender como ela acompanha os processos de modernização e de renovação tecnológica, pois desde o final do século XX vivemos a chamada sociedade em rede, caracterizada pela revolução tecnológica da informação, que modificou radicalmente os modos de produção, circulação e apropriação de conteúdos simbólicos (CASTELLS, 1999), para a fotografia isso significa desde a passagem dos processos analógicos para os digitais, até a popularização dos smartphones e, atualmente, o uso de inteligência artificial na produção e manipulação de imagens, redefinindo continuamente seu uso e significados. Como observa Kossoy (2007) a fotografia não é apenas fruto de um processo técnico, mas resultado de um contexto histórico e cultural que lhe atribui uso e funções específicas em cada período.

Com a chegada da fotografia digital na década de 1990, houve uma transformação significativa na maneira como as imagens são capturadas, armazenadas e compartilhadas. Câmeras digitais e smartphones tornaram a fotografia mais acessível e versátil, permitindo edição e armazenamento de grandes volumes de imagens, além de uma divulgação instantânea através da internet.

Com o avanço do neoliberalismo, que embora tenha surgido ainda nos anos 1930 e sua consolidação como projeto político hegemônico se deu a partir do final da década de 1970, tendo adentrado no Brasil a partir da década de 1990 (BEHRING; BOSCHETTI, 2007), como lógica dominante transformando a vida em um mercado onde indivíduos são pressionados a competir e a autoproduzir-se como mercadoria, vimos a fotografia ocupar um lugar central na cultura digital, sendo utilizada como forma de autopromoção e construção identitária nas redes sociais.

Ao mesmo tempo, a ascensão do neoconservadorismo, definido como a junção de valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo (BARROCO, 2022), ganha espaço sobretudo a partir dos anos 2000 no Brasil, associada à defesa de valores tradicionais de família, religião e moralidade, e a criminalização das lutas sociais (MIGUEL,

2022), encontra na fotografia uma forma de disputa simbólica, utilizando-a como ferramenta de propaganda, manipulação e controle social.

Em paralelo, emerge o ultraneoliberalismo, caracterizado pela financeirização global, pela intensificação da precarização do trabalho e pela centralidade das tecnologias digitais na reprodução lógica mercantil (DARDOT; LAVAL, 2026), nesse cenário, a fotografia deixa de ser apenas um instrumento de memória ou denúncia e começa a funcionar como mercadoria simbólica em circulação nas redes, integrando tanto processos de resistência quanto mecanismo de vigilância e de exploração capitalista.

Atualmente ainda vemos a fotografia se reinventar diante das novas tecnologias, sobretudo com o avanço da inteligência artificial, que amplia as possibilidades de criação mas, ao mesmo tempo, coloca em questão a própria credibilidade da imagem como documento de realidade por conta da facilidade de manipulação da mesma.

Nos dias de hoje, com a facilidade de realizar um registro fotográfico, apenas utilizando o celular, a perpetuação das fake news, o alcance das redes sociais, juntamente com as tecnologias de Inteligências Artificiais, que são capazes de gerar imagens do zero e manipular as existentes de forma ultra realista, torna-se cada vez mais difícil distinguir o real do irreal. Isso compromete a confiança na imagem fotográfica como registro fidedigno, tornando-a suscetível a interpretações distorcidas e, muitas vezes, a uso mal-intencionado na construção da memória pública e coletiva.

Um exemplo atual que ilustra o que quero dizer é a fotografia tirada durante as manifestações contra as ações do Serviço de Imigração e Alfândega popularmente conhecido como ICE que ocorreram no dia 09/06/2025 em Los Angeles nos Estados Unidos, onde um manifestante ergue a bandeira do México em cima de um carro vandalizado. Essa foto se tornou viral em menos de 24 horas em todo o mundo e dividiu opiniões, para alguns foi um ato de orgulho identitário e resistência, para outros serviu como uma provocação desnecessária que alimenta a retórica norte-americana conservadora contra a comunidade migrante, sendo compartilhada inclusive pelo Departamento de Segurança Interna (DHS) como forma de alimentar o discurso de ódio contra a população migrante. O jornalista Ariel Moutsatsos, especialista em Relações Internacionais, questionou a autenticidade do sujeito da imagem, alegando que possivelmente o sujeito não era mexicano devido a cor de sua pele e seu cabelo. O jornalista, para provar seu ponto, também exibiu um vídeo de uma pessoa encapuzada, nesta mesma manifestação, com a bandeira mexicana e uma faixa do Hamas na cabeça, sugerindo uma infiltração de pessoas não relacionadas ao protesto original. Moutsatsos destaca em suas redes sociais que "O trabalho de um jornalista não é apenas

reportar os distúrbios, mas investigar se grupos externos estão causando violência e quem se beneficia disso".

Figura 4 - Protesto anti-ICE



Fonte: Caroline Brehman¹⁵

A fotografia acima nos mostra como as imagens contemporâneas ultrapassam o registro de um acontecimento e passam a integrar disputas simbólicas e narrativas políticas globais. Em pouco tempo um gesto se transforma em discurso, sendo apropriado por diferentes grupos e com finalidades opostas. Esse episódio ilustra como a fotografia permanece um campo de tensão entre visibilidade e controle, entre denúncia e distorção. Diante disso, torna-se essencial compreender a imagem não apenas como documento, mas como construção histórica e social que participa ativamente da produção de sentidos e da preservação da memória. É nesse ponto que se insere o próximo tópico, voltado à reflexão sobre a construção de memória e resistência através da fotografia, explorando como o ato de fotografar se converte em um gesto político de memória e resistência.

1.2 A Construção de Memória e Resistência Através da Fotografia

A origem da palavra fotografia, segundo o dicionário etimológico¹⁶ de 2008, vem do grego *phosgraphein*, que significa literalmente “marcar a luz”, “registrar a luz” ou “desenhar na luz”. A palavra grega é formada a partir da junção de dois elementos: *phos* ou *photo*, que significa “luz”, e *graphein*, que quer dizer “marcar”, “desenhar” ou “registrar”.

Quando falamos de fotografia estamos lidando, segundo Kossoy (2001), sobre duas realidades, a primeira diz respeito ao que será fotografado e ao seu processo de representação,

¹⁵ <https://www.instagram.com/carolinebrehman/> Acesso em: 5 de setembro de 2025

¹⁶ <https://www.dicionarioetimologico.com.br/fotografia/> Acesso em: 19 de agosto de 2025

já a segunda realidade é a própria imagem fotografada, resultado da primeira realidade, essa segunda realidade é sujeita a diferentes interpretações dependendo de quem a está vendo.

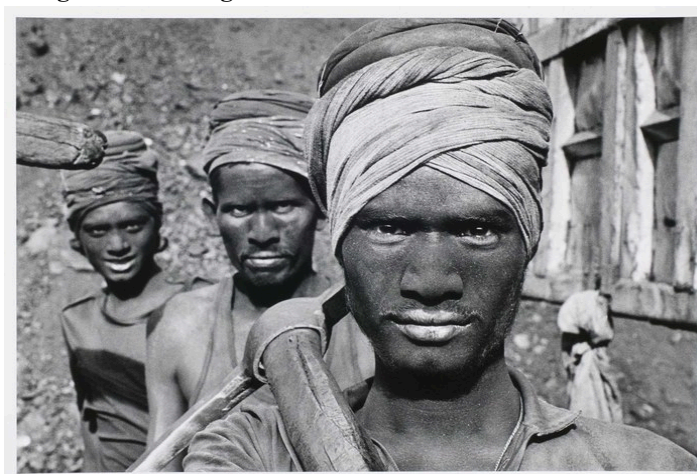
A segunda realidade possui um papel fundamental na preservação da memória, pois, conforme afirma Kossoy:

As fotografias, em geral, sobrevivem após o desaparecimento físico do referente (primeira realidade) que as originou: são os elos documentais e afetivos que perpetuam a memória. A cena gravada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. As personagens retratadas envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transformam e também desaparecem. [...] Desaparecida a segunda realidade - seja por ato voluntário ou involuntário - aqueles personagens morrem pela segunda vez. O visível fotográfico ali registrado desmaterializa-se. O ciclo da lembrança e da recordação é interrompido. (KOSSOY 2001, p.39)

A fotografia, portanto, vai além de ser apenas uma forma de ver o mundo, é uma forma de guardá-lo, ela atua como um documento visual que preserva memórias através da história, podendo ser revisitada e reinterpretada ao longo do tempo.

Ainda de acordo com Kossoy (2007) no que se trata de construção de memória através da fotografia, teremos dois principais conceitos, o conceito de memória individual, que pode ser representada por uma fotografia de família, de um lugar, ou de uma comida; e também o conceito de memória coletiva, esta será representada por fotografias de protestos, momentos históricos ou desastres, costumamos pensar em fotografias que constroem memórias coletivas aquelas que aparecem em jornais, revistas e outros meios de comunicação que atingem uma grande massa de pessoas, como por exemplo as fotografias de Sebastião Salgado, que rodam o mundo retratando a exploração do trabalho e a crise migratória.

Figura 5 - Carregadores de caminhão de carvão



Fonte: Sebastião Salgado (1996) ¹⁷

¹⁷<https://www.icp.org/browse/archive/objects/workers-under-contract-to-truck-owners-load-trucks-with-coal-a-di> rty-and Acesso em: 15 de julho de 2025

Kossoy afirma que:

A perpetuação da memória é, de uma forma geral, o denominador comum das imagens fotográficas: o espaço recortado, fragmentado, o tempo paralisado; uma fatia de vida (re)tirada de seu constante fluir e cristalizada em forma de imagem. (KOSSOY. 2007, p.133)

Nesse sentido, a fotografia atua não apenas como ferramenta de preservação da memória, mas também como um instrumento que pode reforçar esquecimentos e invisibilização, ao privilegiar apenas um ponto de vista e deixar outros fora do enquadramento, especialmente em contextos sociais marcados por desigualdade e disputa de narrativas.

Para Le Goff a fotografia “[...] revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2013, p. 426).

A fotografia ocupa um lugar central na formação de memória coletiva, ela ajuda a construir narrativas históricas, a fixar símbolos que passam a representar coletivamente determinados momentos, lutas ou identidades. Um exemplo emblemático são as fotos de protestos, greves, marchas e atos públicos, que se tornaram ícones de resistência e mobilização social datadas desde o final do século XIX.

Essa capacidade da fotografia de se tornar símbolo de resistência ou marco visual histórico está diretamente ligada com a forma em que ela será compartilhada, arquivada e reutilizada. Imagens que possuem uma ampla circulação pela mídia, exposições, livros e redes sociais, possuem uma grande capacidade de se tornarem referência históricas, pois elas passam a interagir com o imaginário coletivo. Enquanto determinados acontecimentos ganham essa visibilidade, outros, que não foram registrados ou cuja imagem não foi amplamente divulgada, correm o risco de cair no esquecimento. Ou seja, a fotografia participa ativamente na construção de memória coletiva.

A fotografia deve ser analisada para além de um simples registro da realidade, mas sim como um instrumento de linguagem visual que carrega sentidos e intencionalidades, podemos dizer que a fotografia é uma linguagem visual que carrega uma visão subjetiva do mundo isso porque quem a fotografa realiza escolhas intencionais que moldam o seu sentido.

Segundo Berger (1972, p.9), “a maneira como vemos as coisas é afetada pelo que sabemos ou acreditamos”, portanto, temos a ideia de que a nossa percepção visual não é neutra e sim influenciada pelas nossas crenças e pelo o que acreditamos. Assim a fotografia não tem função apenas de registrar, mas também de traduzir visões de mundo, ideologias e afetos, participando da construção simbólica da realidade.

Tendo isso em vista, podemos afirmar que a fotografia é uma linguagem carregada de contexto e intenções, podendo interferir diretamente em como um momento será transmitido para a sociedade. Ela sempre será carregada de intencionalidades podendo refletir conscientemente ou inconscientemente o pensar do fotógrafo.

De acordo com Sontag (2004, p.41), “fotografar é atribuir importância”, ou seja, a ação de fotografar vai implicar em escolher o que será registrado, e ao fazer isso estaríamos conferindo valor e relevância a determinado momento, ao escolher fotografar determinada cena o fotógrafo está, conscientemente ou não, dizendo que aquilo tem relevância e merece ser visto ou lembrado. A frase de Sontag nos leva a refletir que cada fotografia não é apenas um registro visual, mas sim um ato de seleção e atribuição de importância feito pelo fotógrafo, podendo ser levantado o questionamento de até que ponto determinada imagem realmente condiz com a realidade e até onde ela mostra apenas o que queriam que fosse visto e divulgado.

Ao capturar e expressar experiências marcadas pela opressão e por desigualdades sociais, a fotografia se torna um recurso estratégico na luta de sujeitos e coletivos por visibilidade, reconhecimento e espaço na comunidade. Quando apropriada por movimentos sociais, essa linguagem tem o poder de transcender o campo estético e passa a operar como fonte de resistência política e cultural.

Gohn (2012) destaca que os movimentos sociais constituem-se como ações capazes de criar novas formas de sociabilidade e de confrontar a ordem vigente. Nesse sentido, a fotografia entra como forma de romper com silêncios impostos e confrontar as representações hegemônicas sobre a realidade social. É por isso que dizemos que a fotografia não é simplesmente imagem, é uma linguagem potente que atua na denúncia, na memória e na resistência social.

CAPÍTULO 2

MOVIMENTOS SOCIAIS: lutas, resistência e produção de narrativas

2.1 A emergência dos movimentos sociais como resposta à Questão Social

Pode-se compreender os Movimentos Sociais como diferentes mobilizações coletivas que buscam por diversos meios a transformação das estruturas capitalistas da sociedade que sustentam e reproduzem a desigualdade social. Gohn (2012) caracteriza o conceito de movimento social como:

Ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. (GOHN, 2012, p.335)

Já Touraine (1977, p.336) define movimentos sociais como “a ação conflitante de agentes de classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica”.

Podemos afirmar que os movimentos sociais não possuem uma data exata de surgimento, isso porque conforme Gohn:

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais [...] Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. (GOHN, 2011, p. 336).

Diante disso, entende-se que os movimentos sociais são uma forma de resistência perante as múltiplas expressões da Questão Social, que fazem parte do cotidiano da classe trabalhadora. Para Iamamoto o entendimento da Questão Social define-se como

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO 2000, p.26)

À medida que o capitalismo se desenvolve e se consolida, a desigualdade social se torna mais complexa e multifacetada, revelando-se em diversas formas, como a pobreza extrema, o alto índice de desemprego, a precarização do trabalho, a violência, a exclusão racial e de gênero, além da falta de acesso a direitos básicos como saúde, educação e moradia. Na perspectiva de Piketty:

Quando a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda, como ocorreu no século XIX e parece provável que volte a ocorrer no século XXI, o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrárias, que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas. (PIKETTY, 2014, p.09)

Vale ressaltar que a Questão Social é para além de desigualdade, também é resistência, como afirma Iamamoto (2000, p.27) “Questão Social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem.”.

Como aponta Freitas:

Existe movimento social porque existem classes sociais e essas classes estão em conflito. Dessa forma, o movimento social é uma das formas de organização da luta, uma tentativa de questionar ou legitimar determinado projeto societário, seja da classe detentora dos meios de produção ou da classe vendedora da força de trabalho (FREITAS, 2017, p.17).

Nesse cenário, os movimentos sociais atuam como espaços de articulação e resistência, construindo estratégias coletivas para enfrentar a precarização da vida e a omissão ou repressão do Estado.

Por meio da organização de base, da ocupação de espaços públicos e da produção de narrativas contra hegemônicas, esses sujeitos reivindicam não só políticas concretas, mas também o direito à existência digna. Segundo Freitas e Noronha (2023, p.6) “[o] movimento social representa uma ação coletiva muitas vezes decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”.

Na Europa, os primeiros movimentos sociais se consolidam no século XIX, no contexto da Revolução Industrial, ocorrida entre os séculos XVIII e XIX (GOHN, 2011). Esse período foi marcado por um processo intenso de urbanização e pela consolidação do modelo industrial. Com a introdução de novas tecnologias e a ampliação da produção em larga escala, as condições de trabalho, que já eram precárias, sofrem um agravamento significativo. Os trabalhadores passaram a enfrentar jornadas laborais exaustivas, variando de 12 a 16 horas diárias, acompanhadas de salários extremamente baixos, ausência de direitos trabalhistas, ambientes de trabalho insalubres e inseguros, bem como a exploração de mulheres e crianças nas fábricas, entre diversas outras formas de violação de direitos.

Diante deste cenário de exploração e desumanização, a classe trabalhadora passou a se organizar coletivamente com o objetivo de reivindicar melhores condições de trabalho. No entanto, devido a repressão estatal e a resistência dos empregadores, essas iniciativas eram realizadas de maneira clandestina. Para Antunes (1985, p.15) “[se] a história das organizações

sindicais inglesas teve momentos de derrotas e vitórias, é inegável que elas constituíram a primeira tentativa efetiva dos trabalhadores de organizarem-se na luta contra os capitalistas”.

Entre as primeiras formas de resistência, destacam-se os movimentos ludistas, cujo os integrantes protestavam contra a mecanização destruindo máquinas. Com o tempo tais manifestações deram lugar a formas de organização mais estruturadas, como as Trade Unions na Inglaterra, reconhecidas como os primeiros sindicatos formais da história. Assim

As trade-unions passaram a então fixar os salários para toda a categoria, evitando com isso que o operário atuasse isoladamente na luta por melhores salários. Passaram também a regulamentar o salário em função do lucro, obtendo aumentos que acompanhavam a produtividade industrial e nivelando-o a toda a categoria. As trade-unions negociavam com os capitalistas a criação de uma escala de salários, forçando sua aceitação, e deflagravam greve sempre que esses salários eram rejeitados. (ANTUNES, 1985, p.17)

No contexto brasileiro sua economia e contexto social desde os primórdios foi pautada na exportação de matéria prima e mão de obra escravizada. Após a abolição da escravatura e a inserção de mão de obra assalariada, o trabalho se torna “livre” e cria-se um exército de reserva de pessoas desempregadas, na informalidade e desassistidas de políticas públicas. Embora formas de resistência sociais, políticas e culturais já pudessem ser identificadas desde os quilombos e dos povos originários, o que é considerado como marco do movimento social no Brasil, segundo Abramides e Duriguetto (2014) são os movimentos sindicais datados do início do século XX.

De acordo com Freitas (2017), esses movimentos são chamados movimentos sociais clássicos, porque representam a organização dos trabalhadores em torno de demandas coletivas, buscando assim garantir direitos para a classe trabalhadora.

A partir da década de 1930, com Getúlio Vargas como Chefe do Estado brasileiro, algumas decisões impactam diretamente os sindicatos, como a Lei de Sindicalização (Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931), o governo Vargas instituiu normas próprias para os sindicatos, como a obrigatoriedade de registro junto ao Ministério do Trabalho, o princípio da unicidade sindical, a proibição de orientação política ou religiosa e a supervisão direta do Estado sobre suas atividades. Esse modelo corporativo restringia a autonomia sindical, ao mesmo tempo em que dava ao Estado o controle sobre a organização dos trabalhadores (GOMES, 2005).

Em 1935, Vargas implementou a Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38, de 4 de abril de 1935), a qual proibia o direito de greve e restringia a ação sindical da esquerda. Já em 1939, decretou o imposto sindical, transformando o sindicato em um órgão de serviços sociais, retirando a perspectiva reivindicatória e tornando o sindicato em algo dependente, submisso e atrelado ao Estado. Nesse sentido, com as condições de trabalho extremamente precarizadas e salários baixos, fez com que muitos trabalhadores se alinhassem à causa e greves eclodiram no país, firmando o conflito entre capital e trabalho.

Esse contexto insere-se na chamada Era Vargas (1930-1945), período em que se estabeleceu o Estado Novo (1937-1945), caracterizado por um regime autoritário e centralizador, inspirado em modelos fascistas, que suprimiu liberdades, democracia e buscou controlar a sociedade por meio do corporativismo (FAUSTO, 2006).

Ainda no início do século XX, este foi marcado pelo segundo Congresso Socialista Brasileiro, em que ideais marxistas foram fomentados no debate

Esse contexto marcou o surgimento das organizações sindicais no país. Politicamente, esses sindicatos receberam uma influência marcante dos ideais anarquistas e socialistas, alimentados pela imigração européia, principalmente italiana, dividindo o movimento sindical em duas correntes: o anarcossindicalismo e o socialismo reformista. (Oliveira, 2022, p. 161)

Para além do sindicalismo, outros movimentos sociais chamados de clássicos marcaram a década de 1930, como o movimento estudantil, que resultou na criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, e o movimento comunista, protagonizado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Na década de 1960, observa-se que uma grande mobilização de trabalhadores e estudantes no Brasil, como as Ligas Camponesas, que se caracterizam por associações de trabalhadores rurais que surgiram no Brasil a partir de 1955, com o objetivo de lutar por reforma agrária e melhores condições de vida no campo, combatendo o latifúndio e o sistema de foro. (FAUSTO, 2006; FERNANDES, 2000). Entretanto, com o golpe militar de 1964, os movimentos sociais clássicos, entre eles, as Ligas Camponesas, o movimento sindical e o movimento estudantil, foram fortemente reprimidos, muitas de suas lideranças foram presas, torturadas ou exiladas. Apesar disso houve resistência por parte dos movimentos, de forma clandestina e em espaços alternativos, sobretudo nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ligadas à Igreja Católica, que se tornaram importantes espaços de organização popular e de crítica ao regime. (GOHN, 2011)

Com o processo de redemocratização do país a partir do final da década de 1970, início dos anos de 1980, surgiu uma intensificação dos movimentos sociais. Esse período foi

marcado pelo surgimento e fortalecimento de novas organizações populares, como sindicatos autônomos, associações comunitárias, frentes estudantis e partidos de base popular, que expressavam a rearticulação da sociedade civil após anos de repressão. Nesse contexto, também se destaca a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que começa suas articulações no final dos anos 1970 e é oficialmente criado em 1984 (FREITAS E NORONHA, 2023), o MST surge como uma resposta a histórica concentração fundiária no Brasil, reivindicando a reforma agrária a democratização do acesso à terra, a soberania alimentar e o fortalecimento da agricultura alimentar, além de investir em práticas de educação popular e autogestão comunitária (FERNANDES, 2000).

Nesse mesmo período, outros movimentos também passam a reivindicar políticas públicas e espaços institucionais, como o movimento sindical já citado anteriormente, o Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978; o movimento feminista, que ampliava suas lutas por igualdade de gênero e ao combate a violência contra a mulher; o movimento estudantil, reorganizado após anos de repressão da ditadura, com a retomada da UNE em 1979; e grupos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Asexuais, Pansexuais, Não-Binárias e mais (LGBTQIAPN+), chamados na época de Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), que reivindicavam direitos e visibilidades (GOHN, 2011; ABRAMIDES; DURIGUETTO, 2014), esses movimentos ampliaram a agenda política, deixando de focar apenas nas questões trabalhistas e incorporando novas dimensões identitárias, sociais e culturais.

Dentre esses movimentos encontram-se os chamados novos movimentos sociais (FREITAS, 2017), que apesar de emergirem entre 1960 e 1970, irão se desenvolver no Brasil especialmente nos anos finais de Ditadura Militar e atingir seu auge na década de 1980 (FREITAS, 2017), é importante ressaltar que alguns movimentos possuem raízes históricas anteriores, como o movimento feminista, que já se organizava desde o século XX, Já o movimento negro remonta ao período escravocrata, quando diversas formas de resistência foram construídas pelos povos africanos e seus descendentes, tendo os quilombos como expressões materiais e simbólicas dessa luta coletiva (ARRUTI, 2006). Essas experiências de organização e enfrentamento constituem as bases históricas da resistência negra no Brasil contemporâneo, influenciando diretamente as pautas e estratégias dos movimentos sociais atuais.

É no contexto de redemocratização que esses movimentos vão adentrar ao grupo dos chamados novos movimentos sociais, pois irão deslocar o centro da ação política do eixo

econômico para o simbólico e cultural, pois como aborda Freitas

Essas formas de organizações vão buscar estratégias para mobilizar grupos historicamente excluídos do acesso a direitos, vítimas de preconceito, discriminação, componentes das chamadas “minorias sociais” na busca por visibilidade, denúncia de desigualdades, e efetivamente garantia de direitos. (FREITAS, 2017, p.83)

Nesse sentido, podemos destacar, para além dos citados acima, como novos movimentos sociais no Brasil, o movimento LGBTQIAPN+, que tem seu marco inicial no final dos anos de 1970 com o grupo Somos e o Movimento de Ação Lésbica-Feminista (GALF), o movimento ambientalista, também consolidado entre as décadas de 1970 e 1980, e o movimento indígena, movimento esse que também possui raízes históricas. (FACCHINI, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006). Segundo Gohn:

A mudança do eixo das demandas para um patamar mais cultural refletiu-se na organização dos Novos Movimentos Sociais, fazendo com que se apresentem mais descentralizados, sem hierarquias internas, com estruturas colegiadas, mais participativos, abertos, espontâneos e fluidos. [...] Os movimentos passaram a atuar mais como redes de troca de informações e cooperação em eventos e campanhas. Mas há também conflitos entre eles, internos e externos, e este aspecto, na teoria dos Novos Movimentos Sociais, é visto como parte do processo de construção da identidade. (GOHN, 2014, p. 126).

Nas décadas seguintes, por mais que haja o avanço do neoliberalismo, entendido por Harvey como:

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para tais práticas. O Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade monetária. (HARVEY, 2008, p.02)

Os movimentos sociais continuam atuando como importante instrumento de resistência e produção de conhecimento, especialmente diante do aumento da violência estatal, do desmonte de direitos sociais e da ascensão de discursos conservadores.

No Brasil é possível observar que as primeiras medidas neoliberais foram adotadas a partir do governo Collor, com abertura comercial, privatizações e desregulamentação do mercado de trabalho, sendo intensificado posteriormente no governo de Fernando Henrique Cardoso (Behring; Boschetti, 2007). Nesse contexto, como explica Viana:

O Estado Neoliberal gera uma nova modalidade nas políticas estatais que tem como uma de suas características a diminuição dos gastos estatais (especialmente com as políticas de assistência social) e a instituição de políticas segmentares [...]. O resultado disso é um fortalecimento de certos setores dos movimentos sociais e a transformação de outros em organizações burocráticas (VIANA, 2017, p.26)

A partir dos anos de 1990 e principalmente nas primeiras décadas do século XXI emergem os chamados novíssimos movimentos sociais (FREITAS, 2017, p.83). Vinculados a

um contexto de globalização, expansão do neoliberalismo e do avanço das tecnologias digitais, esses movimentos são caracterizados por ações pontuais, geralmente organizadas por meios das redes sociais e com forte participação dos jovens.

No Brasil, podemos citar o movimento dos Caras-Pintadas, uma mobilização estudantil convocada pela UNE e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que em 1992 exigia o impeachment do presidente Fernando Collor (QUINTÃO, 2010). De acordo com Rodrigues (1997), a expressão “Caras-Pintadas” foi atribuída pela mídia, que construiu a imagem pública do movimento e lhe conferiu grande visibilidade. A visibilidade alcançada pelo movimento fez com que ele se tornasse um símbolo de participação popular na campanha Fora Collor. Esse movimento evidencia como a mídia desempenhou um papel central, não apenas na divulgação, mas também na legitimação simbólica das mobilizações.

Figura 6 - Caras-Pintadas



Fonte: Eder Chiodetto (1992)¹⁸

Alguns exemplos de novíssimos movimentos sociais são as jornadas de julho de 2013, movimento iniciado contra o aumento da tarifa do transporte público mas que se estendeu para outras pautas como saúde e educação; Movimento dos entregadores que reivindicam melhores condições de trabalho; Ocupa Escola ocupações nas escolas feitas contra cortes e reformas na educação, Black Lives Matter¹⁹, iniciado nos EUA mas globalizado para o resto do mundo. Para Gohn:

A priori, observa-se um novo cenário econômico e sociopolítico, em que marchas, ocupações e manifestações voltaram à cena em diferentes partes do mundo globalizado. Elas negam a política e o comportamento antiético de muitos políticos; protestam contra a exclusão socioeconômica e a de categorias sociais, como os próprios jovens. (GOHN, 2014, p.19)

Nesse cenário, os anos de 2010 foram também marcados pelo crescimento do

¹⁸<https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2022/08/diretas-ja-caras-pintadas-leitoras-relembra-participacao-em-atos-pela-democracia.shtml> Acesso em: 24 de setembro de 2025

¹⁹ “Vidas Negras Importam”

neoconservadorismo no Brasil, o que intensificou a perseguição e a criminalização dos movimentos sociais. O conservadorismo passou a associar manifestações populares à desordem, buscando deslegitimar reivindicações por direitos sociais e trabalhistas. Como destacam Behring e Boschetti (2007), o neoliberalismo, já consolidado como projeto econômico, associou-se a uma agenda conservadora que reduzia direitos sociais, reprimiu protestos e fortalecia a vigilância sobre organizações coletivas.

Assim, os novíssimos movimentos sociais emergem em um cenário onde de um lado podem ampliar a visibilidade de pautas historicamente invisibilizadas; de outro, enfrentam a criminalização, a desinformação e a repressão estatal.

Se faz importante reconhecer que apesar das diferenças existentes entre os “novíssimos”, “novos” e “velhos” movimentos sociais, entende-se que todos apresentam formas organizativas de enfrentamento à Questão Social, e expressam formas de resistência à ordem vigente tendo como base a ação coletiva diante da exclusão e da opressão.

Os movimentos sociais no Brasil durante suas trajetórias não apenas utilizaram de sua força para expor as contradições do sistema capitalista, mas também produziram saberes, práticas organizativas e formas próprias de participação política. Dentre esses saberes e práticas podemos destacar a educação popular embasada em Paulo Freire, a autogestão, as formas de mobilização como greves, ocupações e assembleias populares, além de produções de cartilhas, pesquisas e mapeamentos comunitários.

2.2 Entre a Lente e a Luta

A relação da fotografia junto aos movimentos sociais revela o poder da imagem como linguagem capaz de denunciar, mobilizar e preservar memórias coletivas. Ao articularmos esses dois temas, é possível compreender que ambos compartilham uma dimensão política de disputa e visibilidade, os movimentos sociais existem porque existe a Questão Social e suas manifestações, fazendo com que a população se organize em movimentos para lutar contra as diferentes formas de desigualdades, exclusões e injustiças, porém sempre dentro do campo de contradição e de disputa de espaço político, narrativas e reconhecimento na sociedade. Ao associarmos a fotografia a tais movimentos, automaticamente ela também estará ligada a essas disputas, pois deixará de ser apenas um registro e começará a tornar visível algo que poderia ser escondido ou silenciado. O movimento social irá lutar para ser ouvido, reconhecido e legitimado e a fotografia contribui neste processo dando visibilidade às pautas e sentido às narrativas. A seguir faremos uma análise sobre as fotografias dos movimentos sociais clássicos, novos e novíssimos.

2.2.1 Uma análise fotográfica dos Movimentos Sociais Clássicos

Iniciarei a análise com uma fotografia da Passeata dos Cem Mil, realizada em junho de 1968, no Rio de Janeiro, uma das manifestações mais emblemáticas contra a ditadura militar no Brasil. Organizada pelo movimento estudantil e apoiada por artistas, intelectuais e trabalhadores, a passeata simbolizou a resistência coletiva diante da repressão política e da censura instaurada pelo regime.

Figura 8 - Passeata dos 100 mil



Fonte: Martha Ramos²⁰

A fotografia de autoria não identificada, foi amplamente divulgada em jornais nacionais e internacionais, tornando-se um ícone na luta democrática. Nela, observa-se uma multidão de manifestantes ocupando toda a extensão da rua. Em destaque, a faixa com os dizeres “Abaixo a Ditadura - Povo No Poder!!” sintetizando a força política e simbólica do ato.

A fotografia, de enquadramento amplo e sem foco em indivíduos específicos, privilegia o coletivo sobre o individual. A ausência de rostos em destaque sugere que a identidade dos sujeitos políticos não é pessoal, mas coletiva. A luz natural e o contraste entre cartaz e o fundo urbano reforçam o caráter público e político da cena, transformando o espaço urbano em arena de disputa simbólica.

O contexto histórico de 1968 é de tensão crescente. O endurecimento da ditadura, após o golpe de 1964, culminaram no AI-5, decreto que institucionalizou a censura, a repressão e a perseguição política. Como analisa Gohn (2011), o movimento estudantil desse período foi uma das expressões mais importantes da resistência civil, articulando críticas à concentração de poder e a ausência de liberdade política. A fotografia, portanto, funciona não apenas como

²⁰ <https://cursoenemgratuito.com.br/movimentos-sociais-sociologia-enem/> Acesso em: 25 de setembro de 2025

registro documental, mas como prova simbólica, memória do real e força da luta de um povo que resiste mesmo sob vigilância.

Como destaca Bourdieu (1997, p.65), “o campo jornalístico detém um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala de informação”. Isso significa que a narrativa pública sobre greves e protestos era moldada por uma lógica editorial que frequentemente reforçava o discurso do Estado. No entanto, algumas fotografias, como esta apresentada, romperam as barreiras da censura, sendo reproduzidas clandestinamente e, mais tarde, transformadas em símbolos de resistência.

Nesse sentido, é fundamental que tanto os movimentos sociais quanto o Serviço Social questionem esse monopólio simbólico e a forma como as imagens são apropriadas e difundidas pelo capital. A fotografia, quando submetida à lógica mercantil e midiática, tende a servir à reprodução ideológica dominante, transformando a dor e a luta social em mercadoria ou espetáculo. Como aponta Bourdieu (1990), o poder simbólico atua justamente na capacidade de impor significados e legitimar uma determinada visão de mundo. Por isso, o papel crítico do Serviço Social consiste em tensionar esses mecanismos e ressignificar o uso da imagem como instrumento de denúncia e emancipação. Nesse mesmo sentido, Martinelli (1991) reforça que o exercício profissional deve se pautar pela desalienação e pela leitura crítica da realidade social, de modo que a fotografia e outros meios de comunicação possam ser apropriados como instrumentos de resistência e não de dominação.

Essa imagem dialoga diretamente com a fotografia seguinte, registrada durante a Greve do ABC Paulista, em 1979. Ambas representam a força do coletivo em momentos distintos da história recente do Brasil, revelando como o ato de ocupar o espaço público é também uma forma de construir memória e identidade política.

A seguir analisarei uma fotografia de 1979, realizada durante a greve do ABC paulista, um marco na luta sindical brasileira. Nesse período, os meios de comunicação tradicionais frequentemente utilizavam fotografias de manifestações para retratar desordem, associando os trabalhadores à ameaça da instabilidade social. Em contrapartida, fotógrafos ligados ao movimento social operário produziram e circularam fotografias que buscavam evidenciar a força coletiva e a legitimidade da mobilização.

Figura 7 - Operários do ABC Paulista durante greve no anos 1970



Fonte: Imagem do documentário "Greve" (1979), de João Batista Andrade²¹

A fotografia, que faz parte do documentário de João Batista de Andrade “Greve” (1979), apresenta uma multidão de trabalhadores erguendo os braços em um gesto de unidade, homens em sua maioria, tendo em destaque um cartaz com a frase “A.B.C unido jamais será vencido”. A composição da foto, conta com a população ocupando todo o enquadramento, e expressa visualmente o sentido de força coletiva.

O contexto histórico dessa fotografia é o de um país ainda sob ditadura militar, vivendo um período de crise econômica, arrocho salarial e repressão política. As greves do ABC, lideradas por sindicatos metalúrgicos, representam uma das primeiras grandes demonstrações públicas de resistências após anos de censura e silêncio forçado. Como destaca Sader (1988), esses movimentos não apenas reivindicavam melhores condições de trabalho, mas também questionavam o próprio modelo autoritário do Estado, tornando-se um marco das lutas pela redemocratização e originando novas formas de organização política, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido Trabalhista (PT).

Nesse cenário, a disputa pela fotografia também era uma disputa pela narrativa. Como afirma Bourdieu (1990), a luta simbólica é parte constitutiva das relações de poder, e nesse caso, a fotografia torna-se campo dessa batalha. A imagem não é neutra, podendo reforçar estigmas, mas também romper silêncios e legitimar causas.

O cartaz visível na fotografia sintetiza essa dimensão política, expressando não apenas um lema, mas um gesto coletivo de enfrentamento à narrativa dominante do regime, que buscava deslegitimar os trabalhadores.

Dessa forma, a fotografia das greves do ABC se consolida como um marco visual de resistência, materializando a passagem do corpo político coletivo do trabalhador para o espaço público. Como destaca Mauad (2012), a fotografia de movimentos sociais carrega consigo a

²¹ <https://averdade.org.br/2025/07/a-luta-historica-dos-operarios-do-abc-paulista/> Acesso em: 09 de setembro de 2025

potência de tornar o invisível visível, atuando na preservação da memória e na construção da identidade das lutas populares.

Portanto, tanto na greve do ABC quanto na passeata dos Cem Mil, a fotografia revela um traço comum, o enfrentamento das estruturas de poder por meio da visibilidade pública. Em ambos os casos, as imagens denunciam não apenas a repressão estatal, mas também as contradições do sistema capitalista que sustentava a exploração da classe trabalhadora e a desigualdade social. A fotografia, ao registrar corpos coletivos em movimento, transforma-se em instrumento de denúncia e resistência, tornando visível aquilo que o capital tenta naturalizar e silenciar, a luta de classes. Nessas representações, o que se evidencia é a potência da ação coletiva, a força simbólica de um povo que, mesmo diante da censura e da violência, ocupa o espaço público para reivindicar seus direitos e afirmar sua existência política.

Ambas as imagens nos mostram que ocupar o espaço, físico e simbólico, é um ato políticos, e que a fotografia, ao registrar esse gesto, se torna parte integrante da própria luta, como observa Mauad (2012), às imagens de movimentos sociais tem capacidade de narrar o conflito social e preservar a memória das lutas coletivas, atuando como ponte entre o passado e presente.

2.2.2 Uma análise fotográfica dos Novos Movimentos Sociais

Como discutido anteriormente, ainda que movimentos como os feministas, indígenas, negros e o LGBTQIAPN+s, se encaixarem nos parâmetros do que é considerado novos movimentos sociais na concepção de Freitas (2017), suas origens e lutas veem de muito antes da década de 1960. O que muda, nesse período, é a forma de mobilização, o tipo de pauta e os espaços de disputa simbólica. Para esta seção, analisaremos algumas imagens que expressam visualmente essas transformações.

Iniciaremos essa análise pelas lutas dos povos indígenas, uma das mais antigas e persistentes formas de resistência no Brasil, para isso, usaremos três fotografias, a primeira datada de 1988, onde a população indígena ocupa o congresso nacional para protestar pelos seus direitos no texto final da Constituição Federal de 1988. Já a segunda fotografia é datada de 2020, nela vemos os indígenas na rua, ainda lutando pelos seus direitos durante o governo de Bolsonaro.

Figura 9 - Vigília no Congresso Nacional



Fonte: Érica Alves Cavalcante²²

A Fotografia acima registra o momento em que representantes de diversos povos indígenas ocuparam o Congresso Nacional durante os debates da Assembleia Constituinte de 1988, exigindo que seus direitos fossem garantidos no texto final da nova Constituição. Como lembra Ramos (1998), a luta dos povos indígenas revela não apenas disputas por território, mas também por reconhecimento político e simbólico, é um exemplo significativo da continuidade e da transformação dos movimentos sociais ao longo do tempo.

A imagem mostra os corpos indígenas dentro de um espaço historicamente reservado às elites políticas, na época em sua maioria homens cis brancos, e isso por si só representa um grande ato de enfrentamento. A presença dos cocares, faixas e cartazes dentro do Congresso rompe com o imaginário colonial que confinava o indígena a “floresta” ou ao “passado”, tornando visível sua existência contemporânea e política. Mais que uma ocupação física, trata-se de uma ocupação simbólica, que reivindica o direito de fala, de autodeterminação e de presença.

Como reflete Ailton Krenak (2019), pensar o futuro exige reconhecer os modos de existência e de pensamento indígena como parte essencial da humanidade e não como uma alteridade exótica. Do mesmo modo, Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) evidenciam que a palavra e o pensamento indígena são formas de resistência e sabedoria, que confrontam a lógica destrutiva do capital e afirmam outras formas de vida possíveis. Nesse sentido, a fotografia torna-se um meio de reivindicar o direito de existir e de narrar o mundo a partir da própria perspectiva indígena.

²² <https://lemad.fflch.usp.br/node/5389> Acesso em: 26 de setembro de 2025

O contexto da redemocratização conferia à fotografia uma força simbólica e política ainda maior, onde ela não apenas documenta um evento político, mas marca a entrada dos povos originários como sujeitos de direito na cena pública nacional.

Figura 10 - Protesto Indígena Contra o Governo Bolsonaro



Fonte: Chun Fotografia²³

Figura 11 - II Marcha das Mulheres Indígenas



Fonte: Rafael Vilela²⁴

Mais de três décadas depois, as fotografias de 2020 e 2021, consecutivamente, nos mostram que a população indígena continua resistindo e lutando de forma articulada. Outro momento emblemático da resistência indígena é visto através da lente de uma câmera. Os cenários são, consecutivamente, um protesto que acontece nas ruas, contra o governo Bolsonaro, que é símbolo do avanço do neoconservadorismo, do ultraliberalismo e do

²³ <https://apiboficial.org/2021/11/24/ameacas-a-consolidacao-dos-direitos-indigenas-no-brasil/> Acesso em: 26 de setembro de 2025

²⁴ <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/2021-o-ano-do-grito-e-da-resistencia-indigena/>: 12 de novembro de 2025

desmonte das políticas indigenistas no Brasil; e segunda marcha das mulheres indígenas que reuniu milhares de lideranças em Brasília.

A fotografia de 2020 nos mostra indígenas erguendo a bandeira nacional manchada de vermelho, para representar o sangue, com os dizeres “Fora Bolsonaro” e “O Brasil é Nosso”, traduzindo o caráter de denúncia da violência estrutural e da ameaça constante aos territórios indígenas. A composição é direta e contundente, a apropriação da bandeira nacional, símbolo historicamente monopolizado por discursos oficiais, se transforma em gesto de denúncia e reapropriação do pertencimento, além disso vemos que o espaço público é apropriado como campo de luta. Já a fotografia de 2021 evidencia o protagonismo das mulheres indígenas, que aparecem em posição de liderança, conduzindo a marcha e rompendo com estereótipos coloniais e reafirmando a presença feminina na linha de frente da resistência.

O que chama a atenção nestas fotografias é a presença central de mulheres indígena, cuja postura firme e olhar direto evocam força, protagonismo e liderança. Esse elemento marca uma mudança significativa em relação à fotografia de 1988, em que as lideranças eram majoritariamente masculinas. A lente também muda, tanto no sentido técnico quanto simbólico. Se antes o olhar fotográfico era predominantemente externo, produzido muitas vezes por jornalistas ou documentaristas não indígenas, agora ele se aproxima de um ponto de vista interno, produzido ou compartilhado em diálogo com os próprios povos indígenas. Essa mudança reflete um deslocamento importante: da representação para a auto-representação. A fotografia, nesse sentido, deixa de ser apenas um meio de “mostrar o outro” e se torna uma ferramenta de afirmação identitária e política, em que a mulher indígena emerge como sujeito da luta e da narrativa.

A comparação entre as três fotografias evidencia tanto a permanência da luta indígena quanto as mudanças em seus modos de ação. A fotografia de 1988 registra uma busca por reconhecimento constitucional, ao direito de liberdade e de proteção social, a de 2020 reflete um cenário distinto, em que a luta deixa de ser apenas por reconhecimento formal e se torna, sobretudo, uma luta pela sobrevivência, pela preservação dos territórios, da biodiversidade e da própria existência física e cultural dos povos originários.

Nesse contexto, destaca-se a resistência ao chamado marco temporal, tese jurídica que busca restringir o direito à terra apenas aos povos que estivessem fisicamente ocupando suas terras em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Essa proposta representa uma ameaça concreta à demarcação de terras indígenas e à preservação ambiental, reforçando a aliança histórica entre as lutas indígenas e as pautas ecológicas. Assim, a fotografia de 2020, ao retratar indígenas nas ruas contra o governo Bolsonaro, simboliza

também a defesa da democracia e do direito à existência, uma denúncia visual contra o avanço do neoconservadorismo e da exploração ambiental.

Como destaca Albert (2021), o conservadorismo contemporâneo se caracteriza pela tentativa de reverter conquistas democráticas e reafirma um Estado excludente, os povos indígena se mantêm na defesa da preservação da vida, ou seja, na defesa dos direitos humanos e da terra para além do capital. Se antes buscavam o reconhecimento do direito à existência e a proteção, hoje enfrentam o desafio de resistir a retrocessos e reafirmar suas existências.

Outros movimentos sociais também se estruturaram em torno da luta por visibilidade, reconhecimento e afirmação de identidades historicamente marginalizadas. O movimento LGBTQIAPN+, por exemplo, tem na fotografia uma ferramenta política fundamental, capaz de contestar estigmas, denunciar violências e, ao mesmo tempo, afirmar existências e modos de vida. A imagem, nesse contexto, não apenas registra as manifestações, mas também constrói símbolos coletivos de orgulho e resistência, como as paradas e ocupações de espaços públicos. O movimento LGBTQIAPN+ tem diversas representações, assim como seu nome, para esse TCC analisaremos fotografias voltadas para o movimento lésbico.

Figura 12 - Manifestação no Ferro's Bar



Fonte: Reprodução ²⁵

A fotografia retrata uma manifestação no Ferro 's Bar, em São Paulo, local simbólico para o movimento lésbico brasileiro da década de 1960 a 1990. O bar, anteriormente utilizado por militares comunistas, após o golpe passou a ser um ponto de encontro LGBTQIAPN+ na cidade. Se tornando um dos primeiros espaços de articulação política e cultural de mulheres lésbicas no país, em um contexto ainda marcado pela repressão militar da ditadura e pelo predomínio do machismo, inclusive dentro do próprio movimento.

²⁵ <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/levante-ao-ferros-bar-o-stonewall-brasileiro.phtml>
Acesso em: 01 de outubro de 2025

Figura 13 - Rosely Roth durante “invasão no Ferro’s Bar”



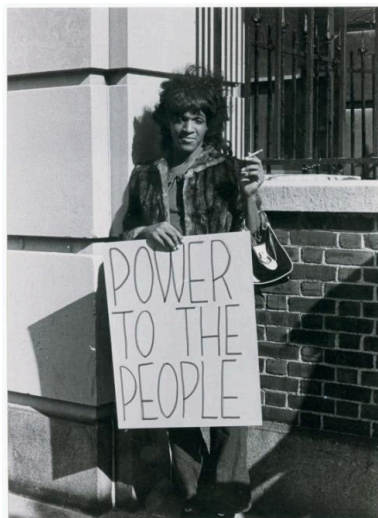
Fonte: Acervo Folha de São Paulo ²⁶

Em 1981 surge o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), que buscava dar visibilidade ao movimento e para isso produziram o panfleto chamado Chana com Chana, e os vendiam no bar, entretanto essa venda foi proibida pelo dono do mesmo. Diante das expulsões agressivas e das tentativas de silenciamento, como forma de resistência às militantes decidiram ocupar o bar. Em 19 de agosto de 1983, com o apoio de outros coletivos e a presença de figuras públicas, elas enfrentaram a repressão e reivindicaram seus direitos. Esse dia ficou marcado como o Stonewall brasileiro, e hoje é conhecido como Dia do Orgulho Lésbico.

Cabe aqui ilustrar um registo marcante para a comunidade LGBTQIAPN+, a revolta de Stonewall em 1969, foi um acontecimento considerado um marco crucial na luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Tendo como uma das pioneiras pela luta de sua comunidade a Marsha P. Jhonson (1945-1992), uma ativista trans preta que se tornou uma figura chave no movimento de libertação gay após a revolta de Stonewall, sua imagem em protestos percorre o mundo até hoje como símbolo de força e resistência.

²⁶ <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/ferros-bar/> Acesso em: 11 de novembro de 2025

Figura 14 - Marsha P. Jhonson



Fonte: Reprodução²⁷

Como aponta Facchini (2005), o movimento LGBTQIAPN+ brasileiro nasce no entrelaçamento entre política, cultura e resistência cotidiana, utilizando espaços de sociabilidade, como bares, festas e manifestações, como arenas de disputa simbólica. A fotografia do Ferro's Bar não é apenas um registro de um ato, mas a materialização de uma luta por existir publicamente.

Ao colocarmos lado a lado a fotografia da manifestação do Ferro's Bar, em São Paulo, e as imagens atuais da Marcha das Lésbicas, percebemos não apenas uma mudança nas formas de visibilidade, mas também nas próprias pautas e linguagens políticas do movimento.

Figura 15 - Marcha Lésbica de São Paulo



Fonte: Reprodução²⁸

²⁷ https://www.gp.org/stonewall_was_a_riot Acesso em: 01 de outubro de 2025

²⁸

<https://www.facebook.com/jornalistaslivres/posts/caminhada-l%C3%A9sbica-e-bissexual-de-s%C3%A3o-paulo-chegando-no-maspcom-o-eixo-somos-mari/768537263270153/> Acesso em: 11 de outubro de 2025

Na década de 1970, em plena ditadura militar, as lésbicas enfrentavam um duplo silenciamento, um imposto pelo Estado autoritário e outro reproduzido dentro dos próprios movimentos, como o feminista e o homossexual. O Ferro's Bar tornou-se um território político onde mulheres lésbicas puderam se reconhecer e se afirmar coletivamente. Para Facchini (2005), esse período marca o início da construção de uma identidade política lésbica no Brasil, que buscava romper com a invisibilidade e denunciar a dupla opressão do machismo e da lesbofobia.

A fotografia do Ferro's Bar registra um ato de ocupação para poder existir, em uma época que as mulheres lésbicas eram marginalizadas dentro e fora da própria comunidade LGBTQIAPN+, o simples fato de se reunir, amar e debater era um ato de resistência. Nas fotografias atuais das Marchas Lésbicas, vemos as ruas e avenidas se tornarem palco da visibilidade, e o corpo lésbico deixa de ser silenciado para se tornar bandeira política. As pautas se ampliam, ainda lutando pelo direito de existir sem medo e amar livremente, mas ampliando-se à luta por políticas públicas de saúde, contra a violência lesbofóbica, pelo reconhecimento da parentalidade e pela valorização racial e de gênero dentro do próprio movimento.

Essa transição entre as imagens expressa o que Gohn (2014) chama de deslocamento das lutas do campo econômico para o simbólico, a visibilidade, a linguagem e o corpo passam a ser campos centrais de disputa. Assim, ao comparar essas duas temporalidades, compreendemos que a fotografia, dentro do movimento lésbico, segue sendo uma linguagem de resistência, antes usada para afirmar a existência e atualmente usada para disputar o espaço público e político com orgulho e autonomia.

Encerrarei as análises dos novos movimentos sociais analisando as fotografias do MST, um dos movimentos sociais brasileiros mais expressivos, cuja trajetória reflete a continuidade das lutas pela terra, pela dignidade e pela soberania popular. Surgido em 1984, no contexto de redemocratização do país, o MST emerge da articulação entre trabalhadores rurais, pastorais sociais e comunidades eclesiais de base, reivindicando a reforma agrária e denunciando a concentração fundiária histórica no Brasil (STÉDILE, 2012).

Figura 16- MST



Fonte: Sebastião Salgado (1997) ²⁹

A primeira fotografia, de Sebastião Salgado, faz parte de sua obra denominada Terra (1997) e retrata camponeses com enxadas erguidas, símbolo da luta coletiva e da identidade popular. A composição da fotografia reforça a ideia de força, união e resistência, evidenciando o vínculo entre o trabalhador e a terra. A fotografia de Salgado, nesse sentido, cumpre uma função política de denúncia e de visibilização, rompendo com a representação passiva do homem do campo e o colocando como sujeito histórico da transformação social.

Figura 17- Ocupação



Fonte: Dowglas Silva (2020) ³⁰

A segunda imagem, de Dowglas Silva, mostra uma ocupação recente do MST em Lagoa Santa (MG), realizada em 2020, com a faixa “Ocupação - Para combater a fome, preservar as águas - #Fora Zema”. Diferentemente das fotografias das décadas anteriores, que eram mediadas pela imprensa tradicional, a fotografia contemporânea é registrada por pessoas do próprio movimento e circula nas redes sociais e veículos alternativos, como o site oficial

²⁹ <https://mst.org.br/2025/08/19/a-fotografia-sem-terra-como-ferramenta-de-luta-pela-reforma-agraria/> Acesso em: 11 de outubro de 2025

³⁰ <https://mst.org.br/2025/08/19/a-fotografia-sem-terra-como-ferramenta-de-luta-pela-reforma-agraria/> Acesso em: 11 de outubro de 2025

do MST de onde esta foto foi retirada. Essa mudança revela o que Gohn (2014) denomina de nova ecologia comunicativa dos movimentos sociais, em que os próprios sujeitos produzem e difundem suas narrativas, disputando sentidos e legitimidades com a mídia hegemônica.

Ao compararmos as duas fotografias, é possível ver a permanência e a reinvenção da luta, antes a centralidade estava no enfrentamento direto a concentração fundiária e na denúncia da violência no campo, atualmente a luta se expande para pautas que envolvam soberania alimentar, meio ambiente, educação popular e comunicação democrática.

Ainda que inserido em um contexto de avanço do neoconservadorismo e do ultraneoliberalismo, o MST mantém viva a dimensão coletiva da resistência, utilizando a fotografia como um instrumento de memória e de mobilização social.

Para Benjamin (1987), a fotografia tem o poder de despertar no observador a consciência histórica adormecida. No caso das lutas sociais brasileiras, ela atua como arquivo e como gesto político, registrando as contradições do presente e apontando para possibilidades de transformações.

A partir das análises realizadas, é possível compreender que, embora as pautas e estratégias dos movimentos sociais tenham se transformado ao longo do tempo, a fotografia permanece como instrumento central na disputa simbólica por visibilidade e reconhecimento.

Das fábricas do ABC às ocupações rurais, as imagens não apenas registram as mobilizações, mas constroem memórias, identidade e resistência coletiva. Assim, tanto nas décadas passadas quanto na contemporaneidade, a fotografia se consolida como linguagem política e social, capaz de denunciar, sensibilizar e mobilizar.

2.2.3 Uma análise fotográfica dos Novíssimos Movimentos Sociais

Os denominados novíssimos movimentos sociais emergem a partir das primeiras décadas do século XXI, em um contexto marcado pela consolidação do neoliberalismo global, pela expansão do uso das tecnologias digitais e pela crescente interconexão das redes sociais como meios de mobilização. Segundo Gohn (2014), esses movimentos se diferenciam dos anteriores por apresentarem formas de organização mais horizontais, fluidas e descentralizadas, pautadas na ação direta e na comunicação em rede. Para Castells (2013), vivemos um novo paradigma de ativismo em que a internet se torna um espaço de autonomia, capaz de articular indignações individuais em ações coletivas.

No Brasil, esses movimentos ganham força em mobilizações como as Jornadas de Junho de 2013, os movimentos estudantis de ocupação de escolas, o movimento dos entregadores Antifascistas e as campanhas #EleNão e #VidasNegrasImportam, que utilizam

intensamente o potencial das fotografias e das redes sociais para denunciar, organizar e mobilizar. Nesse contexto, a fotografia tem um papel central, sendo utilizada não apenas como registro, mas com ato político e performativo, no qual o gesto de fotografar, postar e compartilhar se converte em forma de resistência e construção de narrativas coletivas.

Iniciarei analisando uma fotografia das Jornadas de Julho de 2013, inicialmente convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) para protestar contra o aumento da tarifa do transporte público, porém rapidamente ganhando proporções nacionais e se diversificando em suas pautas, incorporando reivindicações por saúde, educação, transparência política e combate à corrupção. Como observa Alonso (2017), junho de 2013 revelou um novo padrão de mobilização, no qual as redes sociais se tornaram ferramentas estratégicas para a convocação, difusão e ressignificação das lutas.

Figura 18 - Jornadas de Julho de 2013



Fonte: Reprodução³¹

A fotografia acima registra um dos momentos das Jornadas de Junho de 2013, no primeiro plano, o enquadramento destaca uma grande faixa com os dizeres “ Se a tarifa não baixar a cidade vai parar”. O contraste das cores, faixa preta e letras brancas, e o foco na frase criam uma imagem de impacto imediato, que é capaz de traduzir visualmente a pauta inicial do movimento, e ao mesmo tempo, simboliza a insatisfação mais ampla, para além disso, o uso da faixa como elemento central reforça a ideia de coletividade e unidade.

A fotografia também vai evidenciar uma estética de mobilização, característica dos novíssimos movimentos sociais, marcada pela espontaneidade, supostamente pela ausência de lideranças centralizadas e pelo protagonismo dos jovens e das mídias digitais. A cidade de São Paulo iluminada ao fundo e o bloqueio da via pública reforçam essa relação entre o espaço urbano e a disputa política, transformando a rua em palco de resistência e visibilidade.

³¹ <https://cpc.ufes.br/junho-de-2013-e-nao-eram-mesmo-so-r-020> Acesso em: 14 de outubro de 2025

O gesto coletivo de segurar a faixa e a própria fotografia tornam-se parte de uma única estratégia, afirmar a presença dos sujeitos políticos nas ruas e nas redes, ocupando tanto o espaço físico quanto o simbólico.

Esses novíssimos movimentos sociais trazem em comum a autogestão e o uso da imagem como instrumento de articulação e visibilidade. Neles, assim como nos movimentos clássicos e novos, a fotografia não apenas documenta a ação, mas se converte em linguagem política e afetiva, capaz de mobilizar, denunciar e construir identidades coletivas no cenário contemporâneo.

A seguir irei analisar duas fotografias que retratam as ocupações das escolas públicas que ocorreram no Brasil entre 2015 e 2016, em relação às reformas educacionais propostas pelos governos estaduais e federais, como a PEC 241, posteriormente PEC 55, e a Reforma do Ensino Médio. Esses protestos se destacaram pela autonomia organizativa dos estudantes, pelo uso estratégico das redes sociais e pela defesa da educação pública como direito e espaço de resistência.

Figura 19 - Assembleia de estudantes



Fonte: Rovená Rosa/Agência Brasil³²

Nesta primeira foto, podemos observar uma assembleia estudantil ocorrendo no espaço escolar. A composição da fotografia é marcada pelo enquadramento que privilegia o coletivo, os corpos sentados no chão, atentos, escutando a fala de outra estudante, simboliza a horizontalidade do movimento e a construção de uma democracia participativa. A presença de cartazes ao fundo e de policiais em vigília reforça a tensão entre o poder institucional e a insurgência estudantil.

Ao observar quem ocupa o centro da cena, nota-se a predominância de jovens negras e periféricas, protagonistas dessa mobilização. Essa presença não é apenas representativa, mas política: denuncia as desigualdades raciais e de gênero que atravessam o sistema educacional brasileiro e reafirma a luta por uma escola pública inclusiva e antirracista. O corpo feminino e negro, historicamente silenciado, torna-se aqui símbolo de resistência e de produção de saber, rompendo com a lógica patriarcal e elitista da educação.

A fotografia nesse cenário captura o caráter pedagógico e político das ocupações, a escola deixa de ser apenas um local de ensino formal e passa a ser espaço de debate, criação e autogestão (GOHN, 2011).

Figura 20 - Contra o Golpe na Educação



Fonte: Reprodução³³

Na segunda fotografia, a narrativa visual é mais direta, a multidão de jovens estudantes toma as ruas e, no centro da foto se destaca uma estudante erguendo um cartaz simples feito de papelão, mas que carrega a potente mensagem “Contra o golpe na educação”. Essa simplicidade estética, um cartaz artesanal em meio a massa, é significativa, pois traduz a espontaneidade e autenticidade das mobilizações. Os movimentos em rede se estruturam por meio da comunicação horizontal e da apropriação dos espaços urbanos e digitais (CASTELLS, 2013), algo que fica evidente nesta fotografia que se configura como um ato visual de resistência. Ao compararmos as duas fotografias, percebemos a amplitude do movimento estudantil contemporâneo, da organização interna à ocupação das ruas e da mídia, em um processo que ultrapassa a lógica institucional e desafia as hierarquias tradicionais.

Ao longo deste capítulo, foi possível observar como a fotografia se constitui como um instrumento político e histórico fundamental na trajetória dos movimentos sociais brasileiros. Das greves operárias e manifestações estudantis durante a ditadura, passando pelas lutas por terra, identidade e reconhecimento nos novos movimentos, até chegar às mobilizações

³³ <https://www.ubes.org.br/2016/mais-de-30-dias-de-ocupacao-estudantes-contam-por-que-ocupar-e-resistir/>
Acesso em: 23 de outubro de 2025

contemporâneas organizadas em redes e ocupações, a imagem atravessa e conecta diferentes temporalidades de resistência. Cada fotografia analisada não apenas documenta um momento, mas revela disputas simbólicas, afetivas e políticas, que expressam o desejo coletivo por transformação social. A fotografia continua exercendo um papel central na construção da memória e da legitimidade das lutas sociais, ela não apenas documenta, mas participa da luta, transformando-se em linguagem de denúncia, identidade e mobilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho evidenciou a fotografia como ferramenta de luta, de mobilização e de enfrentamento às opressões dentro dos movimentos sociais. Partindo da perspectiva de que a imagem é também uma forma de linguagem, analisou-se como diferentes registros fotográficos, produzidos em diferentes períodos históricos, dialogam com as lutas coletivas e contribuem para a construção de narrativas contra-hegemônicas. Para além, foi possível observar que a fotografia ultrapassa a dimensão estética e se consolida como linguagem crítica e de denúncia, sendo também uma forma de construir memória e identidade coletiva.

Ao longo do trabalho percebeu-se que as imagens analisadas expressam não apenas acontecimentos, mas sentimentos, tensões e disputas simbólicas que marcam diferentes períodos da história brasileira. Desde o movimento sindical, passando pelo movimento indígena, feminista e LGBT, até as manifestações mais recentes como o Movimento Passe Livre e as ocupações escolares, a fotografia mostrou-se uma ferramenta potente de visibilidade e de resistência, revelando o papel ativo da imagem na construção da história social.

Em consonância, buscou-se compreender a relação entre fotografia, luta social e os movimentos sociais, sendo possível apontar que a fotografia pode contribuir significativamente para o trabalho profissional da/do/de Assistente Social, tanto como instrumento de análise da realidade quanto como meio de comunicação e sensibilização social. Ao registrar desigualdades, exclusões e resistências, ela amplia o olhar crítico e reforça o compromisso ético-político da profissão com a defesa dos direitos humanos e da democracia.

Para além disso, houve uma reflexão sobre a direção social e política das imagens de lutas de diferentes movimentos sociais em diferentes períodos históricos do século XX e início do XXI, percebeu-se que o poder da fotografia está na sua capacidade de provocar empatia e questionamento. A fotografia atua como mediação entre o indivíduo e o coletivo, o passado e o presente, o vivido e o representado. Ao mesmo tempo, requer cuidado e responsabilidade, pois toda imagem carrega intencionalidades, olhares e disputas por narrativa.

Diante dessas reflexões, algumas sugestões se fazem necessárias. No campo da fotografia, é preciso ampliar o acesso à formação crítica e técnica, garantindo que o ato de fotografar seja também um ato consciente e político. Nos movimentos sociais, é importante que a imagem continue sendo usada como ferramenta de mobilização e memória, fortalecendo

processos de autoafirmação e de disputa pela visibilidade. Além disso, a fotografia deve ser compreendida como um instrumento pedagógico e político, capaz de sensibilizar, informar e formar consciência crítica sobre as desigualdades sociais. Ao registrar atos, rostos e símbolos de resistência, ela contribui para a construção de narrativas contra-hegemônicas, que rompem com a invisibilidade histórica de determinados corpos e pautas.

Para o Serviço Social, a fotografia pode e deve ser incorporada como instrumento metodológico e educativo, potencializando processos de escuta, participação e denúncia das diferentes expressões da Questão Social. Já para a sociedade, a fotografia deve ser compreendida como um meio de leitura do mundo, capaz de revelar contradições e estimular a construção de uma consciência coletiva transformadora. Da mesma forma, os movimentos sociais desempenham um papel essencial na ampliação dessa consciência, pois são eles que tensionam as estruturas de poder, revelam as desigualdades e dão visibilidade às vozes historicamente silenciadas.

Em termos de pesquisas futuras, este trabalho pode abrir caminhos para investigações sobre o papel da fotografia nos diferentes movimentos sociais, nas políticas públicas, nas redes sociais e nas práticas educativas; bem como para estudos que analisem os movimentos sociais locais a partir do olhar fotográfico.

No caso específico da cidade de Franca, a fotografia pode se tornar um instrumento importante para registrar e compreender as lutas e resistências que ocorrem em seu território, contribuindo para fortalecer a memória coletiva e a identidade política da região.

Por fim, este TCC não se encerra aqui. Pelo contrário, ele representa um ponto de partida para novas reflexões e aprofundamentos teóricos e práticos. A relação entre fotografia, movimentos sociais e Serviço Social é dinâmica e continua se reinventando diante das transformações históricas e tecnológicas. Assim, o presente estudo deixa aberta a possibilidade de continuidade, reafirmando o compromisso com a construção de um conhecimento crítico, engajado e sensível à realidade social.

Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). *Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- ALONSO, Ângela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. *Revista Lua Nova*, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Ângela. *A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ANTUNES, Ricardo. *Dimensões da precarização estrutural do trabalho*. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARRUTI, José Maurício Andion. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.
- BARROCO, Maria Lúcia da S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *O Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Política social no contexto da crise capitalista*. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 301-321.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. (Biblioteca Básica do Serviço Social). São Paulo: Cortez, 2011.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1972.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *The internet galaxy: reflections on the Internet, business, and society*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CASTELLS, Manuel. *Observatório global*. Barcelona: LAIEE, 2008.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2025.

ESPÍRITO SANTO, Máira Ouríves; DINIZ, Eduardo Henrique; RIBEIRO, Manuella Maia. Movimento Passe Livre e as manifestações de 2013: a internet nas jornadas de junho. In: PINHO, J. A. G. (org.). *Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 141-167. ISBN 978-85-232-1877-5.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. São Paulo: Garamond, 2005.

FALCÃO, Thiago. *Fotografia e política: o poder da imagem na construção da memória social*. Recife: EdUFPE, 2019.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2000.

FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FIGUEIREDO, Vera. *Imagens da resistência: fotografia e política no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FREITAS, Fátima. *Movimentos sociais no Brasil: trajetórias e desafios contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2017.

FREITAS, Fátima; NORONHA, Adriana. *Movimentos sociais e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2023.

FREITAS, Marcel de Almeida; NORONHA, Inês de Oliveira. *Movimentos sociais e educação: mútuas influências*. Belo Horizonte: UEMG, 2023.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2009a.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009c.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social*. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010a.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2018. (Questões da nossa época).

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 333–361, maio/ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; SANTOS, Cláudia Mônica dos. *A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e Questão Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social*. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- JONES, Caroline. *The global work of art: world's fairs, biennials, and the aesthetics of experience*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- KOSSOY, Boris. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002. v. 2.
- KOSSOY, Boris. *Hercule Florence: a descoberta isolada da fotografia no Brasil*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2006.
- KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MAUAD, Ana Maria. *Pelas lentes da história: fotografia e memória social*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e resistência no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- MINAYO, Maria Cecília. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO, José Paulo. *O movimento de reconceitualização: 40 anos depois*. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 84, ano XXVI, 2005.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao método da teoria social*. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 668-696.

- NEWHALL, Beaumont. *The history of photography: from 1839 to the present day*. New York: Museum of Modern Art, 1982.
- OLIVEIRA, Breno Augusto de. *O novo em velhas práticas: uma análise sobre a noção de novíssimos movimentos sociais coletivos*. *Simbiótica*, v. 9, n. 1, jan./abr. 2022..
- OLIVEIRA, Elizabeth S. *Movimentos sociais e novas abordagens da educação popular urbana*. *Contexto & Educação*, Ijuí, RS, n. 85, p. 157-176, 2011.
- OLIVEIRA, Edneia Alves de; APÓSTOLOS, Gustavo Giovanny dos Reis. *O movimento sindical no Brasil diante da ofensiva do capital: uma análise da CSP-Conlutas*. *Revista da ABET*, v. 21, n. 1, p. 1-20, 2022.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998
- OLIVEIRA, Luciana. *Fotografia e ativismo: imagem, corpo e política nas redes sociais*. São Paulo: Intermeios, 2022.
- OLIVEIRA, Tito Flávio. *Da igreja ao sindicato: a trajetória do novo sindicalismo em Franca-SP*. *Escritas*, v. 11, n. 2, p. 157-176, 2018.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- QUINTÃO, Célia. *Movimentos sociais e cidadania: desafios do século XXI*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- RAMOS, Alcida Rita. *Indigenism: ethnic politics in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.
- RODRIGUES, Ana Maria. *Os caras-pintadas e a mídia: juventude e participação política*. *Revista Todavia*, n. 1, p. 103-117, 1997.
- SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária (1946–2010)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- TOURAINÉ, Alain. *The self-production of society*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.
- VIANA, Nildo. *O Estado e os movimentos sociais*. Goiânia: Alternativa, 2017.
- VIANNA, Cláudia Pereira. *O movimento LGBTQIAPN+ e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015.